

Artigos

O reconhecimento de Angola pelo Brasil em 1975

*Ovidio de Andrade Melo**

I. Retrospectiva da política africana do Brasil antes de 1975

Para divulgar a um público mais vasto o presente documento, primeiramente apresentado a um seminário organizado pela Universidade de São Paulo e pela Fundação Alexandre de Gusmão, e destinado a colher depoimentos para uma coletânea que se intitulará “Sessenta anos de política externa brasileira” - julgo conveniente traçar para o leitor um panorama mais amplo sobre as limitações que o Itamaraty defrontou durante o período da ditadura militar, bem como sobre constrangimentos pelos quais alguns diplomatas, individualmente, passaram durante o mesmo período, em suas respectivas carreiras.

Com essa finalidade, é imprescindível fazer um retrospecto ao ano do golpe de 64, para que melhor situemos o reconhecimento de Angola como uma surpreendente exceção nas limitações que a ditadura impôs à política externa brasileira durante longo período. O mesmo regime militar que endividou o Brasil muito rapidamente, sem jamais consultar o Itamaraty sobre as conseqüências que o endividamento teria sobre a soberania, desejava passar ao mundo uma visão do Brasil bastante fictícia, a de que o Brasil já era uma potência, a de que “ninguém segura este país.” Objetivos tão contraditórios levaram o Brasil, durante o Governo Geisel, a adotar algumas atitudes altaneiras e insólitas entre as quais o pronto reconhecimento de Angola – atitudes que fugiam completamente ao padrão de política externa do início da ditadura (“o que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil”) e que mais se

* Embaixador (Quadro Especial), ex-Representante Especial do Brasil perante o Governo de Transição, que precedeu à independência de Angola; Embaixador Especial do Brasil para as festividades daquela Independência em 11 de novembro de 1975.

assemelhavam aos rompantes da Política Externa Independente de Jânio Quadros. Devemos lembrar a respeito que Geisel foi promovido a General por Jânio Quadros e serviu como Chefe da Casa Militar durante aquela presidência.

Voltemos, então, rapidamente, ao ano de 1964 para ver em que medida a política externa brasileira foi encurtada e encolhida também no que diz respeito às relações com a África, no começo da ditadura.

A rutura do sistema democrático em 64 deixou o Itamaraty quase intocado numericamente. Enquanto extensos expurgos foram feitos em outros ministérios, apenas cinco cassações foram feitas no Itamaraty. Das cinco, apenas três tiveram, não direi fundamento, mas vagas motivações político-ideológicas. A mais notória destas foi a do então ministro Antônio Houaiss, um dos melhores funcionários que o Itamaraty já teve em todos os tempos. Houaiss se desempenhava na Comissão de Descolonização na ONU, esforçava-se para entender-se com os representantes de países da África Negra, buscava convencer o Itamaraty a modificar sua posição de apoio ao colonialismo português – e tanto bastou para que fosse sumariamente expulso da carreira, incrivelmente considerado como “inimigo de Portugal”...

Numericamente, o Itamaraty ficou então, quase inalterado. Mas nem por isto foi menos intimidado. Conseguiu assumir a responsabilidade pelas investigações que o novo Governo exigia fossem feitas em cada ministério, à caça de esquerdistas. E foi assim que cerca de quarenta diplomatas foram inquiridos por uma comissão especial formada por diplomatas e militares, destinada a apurar as motivações ideológicas que os inquiridos pudessem ter tido em sua atuação na política externa. Foram assim constrangidos e intimidados todos os que se haviam distinguido por alguma eficiência e entusiasmo na Operação Pan-americana de Juscelino, na política independente inaugurada por Jânio Quadros, na política externa de Goulart-Santiago Dantas, que estabeleceu relações com o mundo socialista, procurou manter Cuba no Pan-americanismo, tratou, na Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento, de obter formas de comércio exterior mais justas, para melhorar as condições de vida do povo brasileiro.

Nenhuma outra cassação decorreu da devassa feita intra-muros. Mas a política externa brasileira murchoou. Já não mais se podia presumir independente. Assim também, o mundo como que encolheu. Relações com países socialistas, com o Terceiro Mundo, com os Não-Alinhados, com representantes de povos que estivessem em luta contra o colonialismo – tornaram-se altamente suspeitas. Nesse contexto, o Brasil voltava a votar solidamente ao lado de Portugal na ONU – ainda que Portugal estivesse usando mão-de-obra

praticamente escrava para ampliar suas plantações de café em Angola e competir com o Brasil nos mercados internacionais. Nem utilitária a política externa poderia ser, nessas condições. Fui um dos diplomatas inquiridos naquela ocasião e posso bem aquilatar a intensidade do desalento que tal retrocesso em nossa política externa causou.

Em 1965, regressando de um posto no exterior ainda na gestão de Vasco Leitão da Cunha, fui nomeado Chefe da Divisão das Nações Unidas. Pouco tempo depois, houve mudanças ministeriais no governo Castelo Branco, e assumiu um novo chanceler, Juracy Magalhães, que se notabilizou por uma frase, que pretendia ser a súpula de sua política: “o que é bom para os Estados Unidos, é bom para o Brasil”.

Como Chefe da Divisão das Nações Unidas, cabia-me elaborar as instruções para a Delegação do Brasil na Assembléia Geral da Organização. Tentei aplicar a frase do novo chanceler especificamente ao item da agenda que dizia respeito à descolonização na África. Os Estados Unidos já se abstinham nessa votação. Mas o Brasil, mais do que nunca, tendia a votar contra sanções aplicadas a Portugal. Propus, então, que apenas seguissemos o voto americano na questão. Que nos abstivéssemos, também. Quanto à justificação desse voto, sugeri uma única modificação: não deveríamos continuar a explicar nossa posição por motivos sentimentais, sob a alegação de que não podíamos condenar ancestrais. Isso era sobremaneira ofensivo para a África que também era ancestral nossa e que muito contribuía para nossa história e nossa cultura. Sugeri, então, que adotássemos uma *rationale* político-econômica, apenas mais lógica, embora ainda cínica: não apoiariamos sanções contra Portugal porque seriam *contraproducentes*. Se aplicadas à Metrópole, seriam imediatamente repassadas por esta às Colônias, sob a forma de exploração mais intensa. A exploração mais intensa endureceria também, certamente, a resistência dos povos colonizados. Assim, se estávamos desejando a solução do problema por meios pacíficos, não poderíamos votar por medidas que terminassem por acirrar a guerra.

A sugestão acima, apresentada por memorando, não ultrapassou a Secretaria Geral, à época chefiada por Pío Correia. De lá foi para o arquivo, senão para a cesta de lixo. Continuamos a votar a favor de Portugal ainda por muitos anos, com alegações sentimentais ou sem alegação alguma, embora recentemente tenha eu tido a surpresa de ver meus argumentos usados de novo, por ninguém menos do que Margaret Thatcher, quando se recusou a aplicar sanções ao regime do *apartheid* na África do Sul.

Na gestão de Juracy Magalhães havia sido criada uma Comissão de Coordenação com os Estados Unidos, para reunir-se anualmente e examinar,

por antecipação, os pontos mais importantes da Agenda da Assembléia Geral. Terminado o Governo Castelo Branco, já no Governo Costa e Silva, em 1967, acompanhei o novo Secretário Geral, Sérgio Corrêa da Costa, a uma dessas reuniões anuais. Entre dezenas de assuntos que constavam da agenda, pude nitidamente sentir que os Estados Unidos estavam muito preocupados com a obstinação portuguesa em manter suas colônias. Julgavam Portugal débil demais para tamanha empresa. Consideravam a própria empresa anacrônica. E, a cada passo, perguntavam o que o Brasil poderia fazer, no sentido de tentar dissuadir Portugal da vanglória de ser metrópole colonial. Talvez porque no Governo Jânio Quadros essa tentativa já houvesse sido feita por Afonso Arinos – aliás com péssimos resultados –, o Itamaraty não se dispôs a renovar tais *démarches*. Os Estados Unidos não pretendiam fazê-lo, pois precisavam de bases militares nos Açores. A guerra na África então prosseguiria, cada vez mais cruenta, enquanto na ONU, a cada ano, continuaríamos a votar negativamente, ou, no máximo, a abster-nos, quando o mundo quase inteiro tratava de aplicar sanções a Portugal.

Outros assuntos mais prementes ocuparam, então, minhas atenções. Depois, fui servir como Cônsul Geral em Londres. Costa e Silva terminou seu período de governo tristemente, com o AI-5. Mais quinze cassações foram feitas no Itamaraty, não caracterizadamente políticas, mas de qualquer forma brutais, sem dar aos diplomatas expulsos qualquer direito de defesa. Médici assume o poder. Gibson vem a ser Chanceler. O Brasil começa a endividar-se aceleradamente. A repressão policial da ditadura não mais tem limites. No próprio Itamaraty já se formara um corpo de diplomatas - policiais, a serviço da repressão. O Itamaraty muda-se para Brasília, cidade pequena, onde os diplomatas conviverão também nos blocos de moradia, e, nas condições de competição por promoções e postos, hão de exacerbar-se, não só na maledicência, que sempre caracterizou o ambiente interno do Itamaraty antigo, “o Butantã da Rua Larga”, mas nas denúncias aos órgãos de repressão. Começam os seqüestros de aviões, os seqüestros de embaixadores, os assaltos a bancos, a luta armada em Xambioá. E, de outra parte, a polícia política tortura e assassina os opositores do regime. Tudo isso acaba repercutindo no exterior, embora não comova os banqueiros, que oferecem empréstimos ao Brasil, em condições cada vez mais escorchantes.

Contra o endividamento acelerado que virá comprometer a soberania – o Itamaraty não ousa alertar o Governo. Volta-se, então, para a promoção comercial no exterior, que é complementar ao endividamento, pois, sem saldos na balança de comércio, nem os juros da dívida poderão ser pagos. E preocupa-se com as repercussões que os desmandos policiais da ditadura têm

sobre o bom nome do país no exterior. Uma nova comissão policial de inquérito percorre o mundo, para perguntar aos diplomatas brasileiros em seus postos, se acreditam que “haja torturas no Brasil.” A imagem do país que o Itamaraty quer projetar no exterior é a do “Brasil-Potência”, do “Ninguém segura este país”, do “Brasil, ame-o ou deixe-o”. Mais uma vez, sendo Cônsul Geral em Londres, sou inquirido.

Mas a crise do petróleo causa-nos crescentes dificuldades. Em busca de saldos comerciais, é imprescindível que ampliemos nosso intercâmbio, inclusive com países árabes, com países da África Negra, antes negligenciados. Para ter relações normais com uns e outros, teremos, necessariamente, de rever algumas posições políticas que vínhamos assumindo desde 1964, de irrestrito apoio a Israel e a Portugal. Gibson organiza, então, uma missão à África Negra já independente, Nigéria, Gana, Senegal etc., missão que certamente seria a cada passo chamada a pronunciar-se sobre a posição brasileira com relação às colônias portuguesas naquele continente. De Londres, acompanhando com curiosidade os resultados daquela missão, podia eu pressentir que nada de positivo resultaria. De fato, anos mais tarde, em entrevista com Marcelino dos Santos, da FRELIMO, essa missão foi por ele lembrada com incontida irritação. Disse-me que “Gibson de começo havia suscitado muitas esperanças, para depois causar ainda maiores decepções, pois viera à África para reiterar as posições brasileiras tradicionais, favoráveis ao colonialismo português”.

Estava eu ainda em Londres, quando sobreveio a Revolução dos Cravos em Portugal. Mais do que uma revolução, parecia um desabamento. Um desabamento das esperanças que os militares portugueses ainda pudessem nutrir, já não mais de ganhar, mas apenas de manter, por tempo indefinido, a guerra que há quatorze anos levavam na África. Spínola, até então um ilustre comandante militar colonial, assumiu o poder. Líderes portugueses oposicionistas no exílio, como Mário Soares, foram apanhados de surpresa pelos acontecimentos em Lisboa. De início, acreditaram que se tratava de um simples golpe militar, continuador da ditadura Salazarista. Depois, às apalpadelas, juntaram-se ao processo revolucionário, que era muito mais do que um simples golpe de estado. Mário Soares vem a ser o chanceler de Spínola. E é, então, que o novo governo português começa a definir melhor suas intenções, entre as quais a de conceder independência a suas colônias africanas.

Conceder independência era por certo um louvável propósito, que o mundo podia aplaudir. Mas como fazê-lo? Para certos países amigos de Portugal, *o modus faciendi* dessa concessão de independência é que era importante. Poderia Portugal simplesmente retirar-se da África, deixando suas ex-colônias entregues aos movimentos guerrilheiros predominantes, que,

durante quatorze anos de guerra haviam sido ajudados pelo mundo socialista? No documento que passaremos a examinar, aponto como importantes as dúvidas expressadas num seminário da OTAN, sobre os propósitos portugueses, em fins de junho de 74. Os Estados Unidos e as potências europeias acreditavam que da Guiné Bissau e de Moçambique, Portugal poderia retirar-se a qualquer momento, sem problemas. Mas de Angola, colônia rica, onde três movimentos guerrilheiros se digladiavam pelo poder, Portugal, mesmo que quisesse, não se poderia desvencilhar, segundo os cálculos da OTAN, em menor prazo do que, aproximadamente, cinco anos.

Foi certamente com o propósito de estabelecer um *modus faciendi* para esse desvencilhamento de Angola, evitando o que alguns políticos do mundo ocidental denominavam “uma descompressão demasiado rápida das colônias portuguesas no acesso à independência” que o presidente Nixon, de volta de uma viagem à Europa, fez uma rápida escala na Ilha do Sal, onde se encontrou com Spínola e Mobutu, este há muito ditador do Zaire. Mobutu era o protetor de Holden Roberto, da FNLA, a quem os Estados Unidos favoreciam como futuro governo de Angola. Desse encontro secreto parece ter saído o delineamento básico inicial do que viria depois a ser consubstanciado nos chamados Acordos de Alvor. Segundo estes, três seriam os movimentos guerrilheiros reconhecidos: a FNLA, de Holden Roberto; a UNITA de Savimbi, oriunda de uma cisão da FNLA, e depois colaboradora das tropas portuguesas nos combates contra o MPLA; e, finalmente, o MPLA de Agostinho Neto, apoiado por países do mundo socialista. Com este alinhamento de forças podia-se, então, presumir, na Ilha do Sal e em Alvor, que nas eleições previstas para a independência de Angola, ou em lutas que sobreviessem entre os movimentos, FNLA e UNITA acabariam unidas. E o Ocidente teria 2/3 de chances de predominar no novo país – o que permitia prefixar a data da independência para 11 de novembro de 75. O que não se levou em conta, nem talvez fosse possível calcular, na Ilha do Sal, ou em Alvor, era o apoio popular que os movimentos guerrilheiros verdadeiramente tivessem ou a experiência de luta que, na prática, houvessem adquirido em 14 anos de guerra anticolonial. E foi isto que invalidou todos os cálculos de Nixon, da OTAN, de Spínola e de Mobutu.

Como já vimos, no Itamaraty havia setores que há muito vinham tentando demover Portugal de sua obstinação colonialista, que mais não fosse porque o colonialismo parecia *demodé*. Outros setores estariam interessados em ampliar nosso comércio com Angola, que Portugal tolhia. Angola também tinha petróleo, o que nos interessava. O novo presidente brasileiro, Geisel, era de origem alemã, não estava influenciado pelo lusotropicalismo de Gilberto Freyre

que Portugal tão bem usara para seus fins políticos. Ítalo Zappa, então Chefe do Departamento da África, era de origem italiana, tampouco sofria tais influências. Mário Soares, como chanceler de Spínola, entendeu-se então com Silveira, no sentido de que o Brasil, mais uma vez, poderia demonstrar sua amizade por Portugal, de alguma forma participando daquele processo de independência que deveria, necessariamente, ser curto, pois Portugal não poderia continuar uma guerra colonial ao mesmo tempo em que tinha uma revolução social em casa.

Surgiu então, no recesso do gabinete de Silveira, por iniciativa de Zappa, a idéia, bastante inteligente e original, de criar Representações Especiais, com o *status* de embaixadas antecipadas, em Moçambique e Angola. Com nossa simples presença antecipada e neutra, dávamos maior credibilidade internacional aos Acordos de Alvor. Ajudávamos, assim, Portugal a se desvencilhar das colônias. E ajudávamos as colônias a se desvencilharem de Portugal – o que satisfazia a Deus e ao Diabo na Terra do Sol.

Foi nessa aventura, de resultados muito incertos e imprevisíveis, que fui convidado a tomar parte. Aceitei o convite perfeitamente consciente dessa incerteza e imprevisibilidade. E o documento que ora apresento é a súmula da experiência diplomática que tive na África naquele ano de 1975, para mim mais valiosa do que tudo que aprendi em 42 anos de carreira.

II. Depoimentos de variadas fontes sobre Angola em 1975

O presente depoimento sobre o reconhecimento de Angola pelo Brasil, em 1975, – um dos acontecimentos mais surpreendentes e controvertidos na política externa brasileira, dadas as condições da época – não é, por certo, um estudo acadêmico que se aprofunde em digressões políticas, que se fundamente em dados econômicos, que cite precedentes históricos e diplomáticos, que se escore em vasta bibliografia. É apenas o relato de um diplomata brasileiro que, no exercício de funções, durante um ano viveu em Luanda circunstâncias dramáticas, prenhes de conseqüências políticas, capazes de definir o futuro das relações do Brasil não só com Angola, mas com toda a África Negra.

O presente documento é também resultado de anotações que comecei a fazer em Bangcoc, em 1976, quando as impressões trazidas de Angola, do ano anterior, ainda estavam bem vivas em minha memória. E que continuei a escrever em cinco anos subseqüentes de permanência na Ásia, tão-somente porque o reconhecimento de Angola – em boa hora feito e com dificuldades mantido pelo governo brasileiro – continuava a sofrer persistentes pressões

internacionais e a ser motivo de acalorada discussão na imprensa brasileira, com reflexos muito graves até na composição de nosso governo. Devemos lembrar que, em 1978, o Ministro do Exército, Sílvio Coelho Frota, ao ser demitido inopinadamente, lançou uma proclamação. E nesta, em primeiro lugar, citava o reconhecimento de Angola como um indício da crescente “comunização” que via na política brasileira.

No curso de todos esses anos, desde 1975, minha carreira foi truncada – o que não é assunto de maior importância – como consequência do papel que tive como executor fiel de uma política traçada pela Presidência e pelo Itamaraty. Frente às acirradas e passionais discussões que essa política suscitou de início e, vez por outra, ainda suscita, o Itamaraty se omitiu na minha defesa, embora haja mantido as relações com Angola – que me pareciam essenciais. A bem destas relações, que de início eram tênues e estavam ameaçadas por pressões internas e externas de todo tipo, calei-me. Nem teria meios eficazes para defender-me, nas condições de censura e intimidação do regime político em que vivíamos. Hoje as condições do mundo, do Brasil e de Angola são outras e as relações já se consolidaram. É o que me leva a tentar esclarecer melhor o público sobre esse obscuro e controvertido episódio de nossa história diplomática.

Meu presente depoimento deverá ser no futuro confrontado com memórias outras, dos altos personagens da República que traçaram a política para com Angola em 1974 – e depois escolheram a mim para executá-la em Luanda. O então chanceler Antônio Azeredo da Silveira, recentemente falecido, deixou gravado no CPDOC, da Fundação Getúlio Vargas, em 1979, um longo relatório de toda sua gestão, na qual o reconhecimento de Angola foi um dos passos de maior importância e merecerá estudo. Assim, também, espero que o ex-presidente Geisel se digne deixar seu testemunho sobre a política externa de ampla e longa visão que firmemente adotou com respeito à África – para que a História lhe faça justiça.

Quanto a depoimentos outros sobre aquele ano de guerra, recomendaria aos estudiosos o livro de Robert Stockwell, *In Search of Enemies*. Stockwell foi por muitos anos graduado funcionário da CIA. De Kinshasa, no Zaire, chefiou as operações da Agência em Angola, em 1975/6; mas depois, em 1978, desgostoso com o emprego, aposentou-se e escreveu esse livro, que teve repercussões na imprensa brasileira, embora até hoje não haja sido traduzido para o português, como bem merecia.

Fernando Câmara Cascudo, jornalista brasileiro, que em 1975 trabalhou em Luanda para a FNLA como assessor político de Holden Roberto e orientador do mais importante jornal da ex-colônia portuguesa, o *Província de*

Angola, escreveu também um livro, *Angola, a guerra dos traídos*. Câmara Cascudo teve de deixar Luanda apressadamente em agosto de 1975 quando a FNLA foi expulsa da capital e por isto seu livro não reflete as condições de vida, nem o ânimo de resistência daquela cidade ante as invasões estrangeiras que sobrevieram. Reflete antes o que se pensava sobre Luanda nas hostes da FNLA, em Kinshasa e no norte de Angola.

De outro lado do espectro político, há dois depoimentos, também sob a forma de livros, de jornalistas do Leste europeu.

Oleg Ignatiev, do *Pravda*, publicou em 1978 a obra que foi traduzida para o espanhol sob o título *El Arma secreta en África* (Editorial Progreso-Moscou), na qual faz interessantes observações sobre as relações de seu país com o MPLA e, em certa passagem, revela planos do próprio presidente do MPLA, Agostinho Neto, no sentido de antecipar a proclamação de independência se, ao tomar a cidade de Benguela —, como de fato tomou — o exército invasor sul-africano tivesse revelado força, eficiência e sobretudo mobilidade suficiente para chegar a Luanda antes de 11 de novembro, data prevista para a independência nos Acordos de Alvor.

Ryszard Kapuscinski, da Agência Polonesa de Notícias, também publicou, em 1976, traduzido para o inglês em 1987 nos Estados Unidos e com grande sucesso da crítica americana, seu livro intitulado *Another Day of Life*. Nele conta as peripécias da guerra em Angola, desde setembro, quando chegou a Luanda, até pouco depois da independência, quando retornou a seu país. Merece especial referência a viagem que Kapuscinski fez, levado pelo MPLA, em começo de outubro, de Luanda até um posto isolado de vanguarda, na fronteira com a Namíbia. O exército sul-africano já estava do outro lado da fronteira, esquentando os motores dos tanques, para a *blitzkrieg* que empreenderia, destinada a atingir a capital de Angola antes do 11 de novembro — e foi Kapuscinski quem trouxe para o MPLA em Luanda e de lá para o mundo a notícia daquela invasão iniciada.

Ao contrário desses dois livros, escritos por experimentados comentaristas internacionais, de países que tinham uma linha política muito nítida e haviam ostensivamente auxiliado o MPLA durante 14 anos de guerra anticolonial — meu depoimento revelará alguns aspectos de nossa política externa que até agora passaram despercebidos. A escassez e insuficiência dos conhecimentos que tínhamos sobre a África Negra e especialmente sobre Angola; a desconfiança que tanto o MPLA quanto a Frelimo naturalmente sentiam para com a política brasileira, por força do apoio que antes havíamos, durante tantos anos, não muito veladamente, dado a Portugal; as vacilações de rumo a que esteve sujeita a nova política de isenção e neutralidade, adotada em 1975, quando a

guerra se intensificou, e, mais ainda, quando se definiu, com a vitória do MPLA. Finalmente, revelarei também alguns pequenos desentendimentos e desacertos ocorridos em certos momentos entre o Itamaraty e a Representação Especial em Luanda, bem como entre a Representação Especial e o MPLA – até mesmo quando as relações já haviam sido oficialmente estabelecidas, e Angola parecia se entender perfeitamente bem com o Brasil. As relações não começaram plácidas, mas desconfiadas, por força da nossa política progressista.

Creio que, mesmo com os defeitos que possa conter, meu depoimento virá contribuir para o aperfeiçoamento da política externa brasileira. Angola foi apenas um exemplo de situação política complexa, com amplos envolvimento internacionais, em que a posição assumida pelo Brasil tinha bastante peso e imediata influência. Chegamos a ter manifestações populares na porta da Representação Especial, para que o Brasil assumisse posições.

Outras situações semelhantes podem ocorrer. Precisamos então começar a traçar política externa com mais transparência, para obter maior apoio da imprensa e da opinião pública brasileiras. Devemos ser capazes de agilizar decisões políticas, e eficientemente instrumentar a execução das mesmas, sempre que surjam situações de emergência e perigo como foi a de Angola em 75. Mais do que tudo, precisamos estar conscientes de que fazer diplomacia não é só tentar vender produtos agrícolas e manufaturados no exterior, para obter saldos com que pagar a dívida externa.

Fazer política externa é assumir atitudes condizentes com o interesse nacional a curto, médio e longo prazos, afrontar riscos se preciso for; ter, não somente uma vaga soberania teórica, mas uma definida e verdadeira personalidade internacional. Foi o que o Brasil teve com respeito a Angola e por isto me orgulho de haver servido como representante especial em Luanda naquele decisivo ano de 1975.

1- Como surgiu a concepção das representações especiais

Em 1974 estava eu em Londres, no desempenho da função de Cônsul Geral, quando o Governo Geisel se instalou no Brasil. Pouco depois ocorreu a Revolução dos Cravos em Portugal. Não conhecia o General Geisel senão pelo papel que tivera no Governo Castelo Branco. Conhecia superficialmente o novo chanceler, Silveira, como colega do Itamaraty, pelas atividades que desempenhara como chefe da administração no Itamaraty e pelas posições que assumira, a meu ver de um vago e generoso terceiro-mundismo, na representação do Brasil junto à ONU, em Genebra. Por isso, não podia esperar que meu nome viesse a ser lembrado para desempenhar qualquer função outra, que o novo governo julgasse importante. Menos ainda esperava ser chamado para

participar da elaboração de quaisquer planos ou linhas de ação que dissessem respeito à política externa. Li então os pronunciamentos do governo que se inaugurava, como todos os diplomatas da época devem ter feito, com a dose de ceticismo que a leitura de tais documentos sempre inspira. Lembra-me da Política Externa Independente de Jânio Quadros. Pode haver política externa que não seja *independent*? Assim também: pode haver política externa que não seja *pragmática, ecumênica*, e, sobretudo *responsável*? A simples adjetivação parecia-me constituir crítica à estreita e rotineira política que o Itamaraty vinha adotando desde 64. Mas não garantia que na nova gestão fosse haver alguma mudança substancial de rumos, senão alguns retoques meramente cosméticos.

Enquanto no Brasil nada parecia mudar, a fermentação revolucionária em Portugal, ainda que no princípio muito difusa, prometia substanciais mudanças de orientação política, suscitava esperanças em todos os setores da opinião pública mundial que se haviam oposto à ditadura de Salazar e a seus propósitos colonialistas na África. Marcelo Caetano havia visitado Londres pouco tempo antes. Sua visita coincidira com as denúncias feitas por Adrian Hastings, no *Times* de Londres, sobre um massacre perpetrado pelas tropas portuguesas na aldeia moçambicana de Wyriamu. O Governo português desmentiu a notícia simplesmente negando que tal aldeia sequer existisse. Foi preciso então que o *Times* recorresse a geógrafos para provar que a aldeia existia, sim, na província de Tete, e que Hastings publicasse novas reportagens, com fotos impressionantes, para comprovar que o massacre de fato ocorrera. Como resultado, a visita de Marcelo Caetano transcorreu muito agitada, em meio a veementes protestos na imprensa e nas ruas.

A Revolução dos Cravos veio logo depois. E começava por prometer a descolonização da chamada África portuguesa. Era uma boa promessa, sem dúvida. Mas como poderia ser levada a termo por generais tão ligados ao passado colonial como Antônio Spínola? Cumpria esperar, para ver.

Em junho daquele ano recebi uma designação para acompanhar, como observador do Instituto Rio Branco, um seminário da OTAN (NATO) que se realizaria na Universidade de Oxford. No seminário, todos os problemas políticos do mundo foram repassados, em discussões muito francas e informais, com opiniões muito díspares, por observadores das chancelarias européias, por jornalistas de grandes órgãos da imprensa mundial, por professores universitários de renome. Só num assunto parecia haver consenso total: a pretendida descolonização portuguesa, no que dizia respeito a Moçambique, seria fácil. Afinal, em Moçambique, colônia muito pobre, economicamente dependente da mão-de-obra barata que exportava para as minas da África do Sul – só havia um movimento nativista que se apresentava

para receber o poder na independência: a Frelimo. Mas no tocante a Angola, colônia muito rica, a situação seria bastante diferente: três movimentos, chefiados por Holden Roberto, Savimbi e Agostinho Neto disputavam o poder na independência prometida. E como essa disputa seria muito acirrada, segundo os prognósticos da OTAN, mesmo que os militares portugueses tivessem o maior empenho por desvencilhar-se de Angola—NADA MENOS DO QUE CINCO ANOS SERIAM NECESSÁRIOS PARA QUE AQUELA INDEPENDÊNCIA SE CONCRETIZASSE.

Por isso Portugal já estava cuidando de desqualificar outros pretensos “movimentos angolanos”, de brancos e mestiços “assimilados”, que antes haviam vivido em Angola em perfeita concordância com o sistema colonial, mas que agora, à undécima hora, tentavam criar um partido, para disputar as eleições com os negros, ou para receber a independência de mão beijada da direita portuguesa e fazer de Angola algo parecido com a Rodésia da época ou a África do Sul ainda dos tempos atuais. Para mostrar vitalidade, para marcar presença, tais agrupamentos políticos de índole neocolonialista, encorajados pelos remanescentes da Pide e por militares “duros” das forças coloniais em Angola, recorriam também a práticas intimidatórias contra a população negra. Foi assim que em setembro daquele ano, os *musseques* ou favelas de Luanda viram-se invadidos e depredados por bandos armados de colonos brancos e seus asseclas mestiços ou negros, em *pogroms* que logo ganharam manchetes na imprensa internacional, numa tentativa de avisar ao mundo que aquele processo de independência seria necessariamente violento, se Angola desde logo não se encaminhasse para a independência levada por “boas e alvas mãos”.

Em novembro daquele ano de 74 tirei dois meses de férias no Brasil. Monotonizado com o serviço consular em Londres, pensava em trocar o posto por uma Embaixada qualquer em comissão, mas não havia ainda cuidado do assunto com as chefias do Itamaraty, quando o chefe do Departamento da África, Italo Zappa, meu conterrâneo de Barra do Pirai e amigo desde a juventude, me abordou com uma proposta bastante curiosa: Silveira pretendia antecipar o relacionamento político do Brasil com as colônias portuguesas que se encaminhavam para a independência. E para isso, ainda no período de transição, pensava em abrir em Lourenço Marques e Luanda uma espécie de embrião de Embaixada, para tratar com os movimentos negros que Portugal qualificasse como candidatas ao poder. Segundo Zappa, Silveira já se entendera a respeito com Mario Soares, Ministro das Relações Exteriores de Portugal. Mas seria essencial que os próprios movimentos africanos também aceitassem de bom grado essa antecipação de suas relações com o Brasil.

Para fazer tal proposta aos movimentos nativistas angolanos, Silveira pensara em meu nome. Num primeiro tempo, ele, Zappa, como chefe do Departamento, iria à África, visitar os líderes daqueles movimentos, apenas para “quebrar o gelo de eventuais ressentimentos” que pudessem ter com a pregressa política brasileira de apoio velado ao colonialismo português. Depois, eu iria – especificamente para fazer a proposta da criação de duas Representações Especiais, uma em Lourenço Marques, outra em Luanda. E, se as propostas fossem aceitas, poderia escolher a chefia de uma delas, o que corresponderia em tudo ao comissionamento como embaixador que eu pretendia. O convite vinha de Silveira – como Zappa fazia questão de frisar. Interessava-me?

Pedi alguns dias para pensar no assunto. Mas desde logo fiz a Zappa algumas indagações que me permitiriam avaliar melhor o sentido da missão que Silveira me propunha. Por que o Ministro fora primeiro entender-se com Mario Soares, antes de tratar com os próprios líderes dos movimentos negros? Haveria nisso algum propósito de ainda ajeitar a independência prometida a eventuais intuítos neocolonialistas portugueses? Estaria o Brasil buscando influenciar o processo de independência em Angola, tentando de algum modo favorecer a um ou outro movimento negro naquele processo de independência que se antevia complicado? Já não tínhamos Consulados, tanto em Luanda quanto em Lourenço Marques, desde os tempos da Política Externa Independente de Jânio Quadros, de forma tal que aqueles cônsules poderiam perfeitamente contactar os líderes dos movimentos negros e com eles manterem as relações políticas pretendidas durante a transição para a independência?

Zappa foi categórico nas respostas a minhas primeiras dúvidas: O Brasil não tinha intenção alguma de moldar Angola independente a desígnios da antiga metrópole. Nem tinha qualquer propósito de favorecer a um ou outro dos movimentos negros que em Angola disputariam o poder. Seria isento, absolutamente isento, equânime e neutro entre todos eles e estaria pronto a reconhecer aquele que, sobrevinda a Independência, tivesse alcançado o poder. Assim também, quanto aos Cônsules existentes nas colônias portuguesas, tinham sido credenciados exclusivamente perante o Governo português. Eram homens que lá já estavam há muito, funcionários sem especial percepção política, desgastados por uma longa convivência com as autoridades e a sociedade coloniais – e, por tudo isto, seriam removidos daqueles postos, o mais rapidamente possível. Os Consulados mesmos seriam extintos, passariam a meros setores das Representações a serem criadas. Pois o que o Brasil verdadeiramente pretendia com a criação antecipada de missões diplomáticas

nas colônias portuguesas era ir planejando desde logo um relacionamento intenso com Angola e Moçambique. E para tal finalidade seria imprescindível buscar como que o denominador comum entre as aspirações que os três movimentos angolanos e a Frelimo em Moçambique pudessem ter, desde o início, para as relações futuras com o Brasil.

Da mesma forma, Zappa me esclarecia, a intenção do governo brasileiro ao buscar o assentimento do governo português para a criação das Representações Especiais era correta. Tratava assim de dar como que um endosso, uma homologação internacional aos bons propósitos que Portugal agora manifestava, quando prometia independência a suas colônias. A Revolução dos Cravos, como todos os processos revolucionários, poderia desandar, regredir, tomar rumos inesperados, tentar até voltar atrás em suas promessas. O endosso público do Brasil à independência prometida não viria então dificultar essa possibilidade de recuo?

Nos dias subseqüentes voltei a conversar com Zappa, procurando mais esclarecimentos. E se o processo de independência em Angola viesse a ser conflituoso e demorado – como os observadores da OTAN previam? E se ao fim de um período de campanha eleitoral, ou de lutas, predominasse justamente aquele movimento, o MPLA, que as potências ocidentais julgavam inaceitável, como agiria o Brasil? E mais: como ficaria eu mesmo, perante uma possibilidade como essa, se aceitasse a empreitada de caiação da nossa política africana anterior, largando um posto em Londres e dando praticamente um salto no escuro, em direção a outro posto que talvez nem pudesse ser criado? – Não ficaria eu pendurado na brocha, enquanto o próprio Silveira, premido pela reação interna, me tiraria dos pés a escada?

Já então Zappa não pôde ser tão categórico. Ele próprio tinha dúvidas a respeito dessas questões. Mas alegava: se a isenção, a equanimidade entre os movimentos angolanos fosse desde o início o declarado intento, a marca registrada de nossa política, e se, para sermos isentos e equânimes, chegássemos antecipadamente a Luanda com uma Representação Especial, desde o começo do processo de transição à independência – mais difícil se tornaria uma guinada súbita de nossa política em 11 de novembro, quando a independência se concretizasse, ainda que não saísse a gosto de alguns setores da opinião pública internacional ou brasileira. Assim também, segundo ele, o que Silveira me propunha não era um salto no vazio. Não se tratava de uma *remoção* de Londres para qualquer das duas Representações Especiais ainda a serem criadas. Tratava-se de *serviço provisório*. Meu posto continuaria a ser Londres. Iria à África, primeiro numa missão especial para propor as Representações, depois em serviço provisório, por seis meses, período

prorrogável, segundo as coisas andassem. Se fosse então um salto, havia uma rede prevista. Se tudo em Angola desandasse e eu precisasse de lá sair, teria um alçapão de escape, uma válvula de ejeção: retornaria a meu posto em Londres, à espera de outra designação.

À vista desses argumentos de Zappa, que me pareciam interpretar acuradamente as intenções de Silveira, aceitei a incumbência. Zappalogo partiu para a África, na sua missão que seria apenas para “quebrar o gelo”, pois uma missão anterior, já feita na gestão de Silveira, por Luis Bastian Pinto, então embaixador no Cairo, não surtira resultados positivos, na apreciação do próprio Bastian. Zappa iria, voltaria, eu ainda estaria em férias no Brasil, para escutá-lo e aprender da experiência adquirida nos contactos iniciais que fizesse. Depois, ao fim das férias, eu regressaria a Londres, onde aguardaria instruções de partida para Nairóbi, na missão que teria de propor a criação das Missões Especiais. Nairóbi era o posto diplomático que tínhamos mais perto de Dar es-Salaam, na Tanzânia, onde se sediavam tanto a Frelimo de Moçambique quanto o MPLA, de Angola, ambos ainda no exílio naquele período de transição.

No entretanto, enquanto em férias no Brasil, busquei informar-me sobre os movimentos negros africanos, sobre a guerra que mantiveram contra Portugal durante quase três lustros. Os arquivos do Itamaraty eram paupérrimos a respeito. Tudo que continham eram as informações, ou desinformações já superadas, que o próprio governo português passara às autoridades brasileiras sobre aquelas lutas na África. De outra parte, contactos diretos com líderes ou dirigentes daqueles movimentos africanos haviam sido cuidadosamente evitados desde 1964 pela diplomacia brasileira em todos os postos do mundo, pois poderiam ser tidos como subversivos, adversos a Portugal. Assim também as livrarias do Rio de Janeiro só ousavam ostentar nas prateleiras livros sobre o assunto que, com maior ou menor entusiasmo, tratassem da “missão civilizatória de Portugal na África”.

Preferi então voltar a Londres via Lisboa, onde tais informações seriam disponíveis, pois todos os movimentos africanos tratavam de fazer-se conhecidos e aceitos por Portugal. De fato, as livrarias de Lisboa regurgitavam de novas publicações sobre a África, sobre os programas e propósitos dos movimentos africanos. E em Londres, enquanto aguardava instruções de partida, pude ler publicações inglesas sobre a guerra colonial que Portugal travara durante 14 anos em suas possessões africanas, bem como procurar alguns portugueses e ingleses que conheciam bem o assunto, alguns dos quais haviam tido contatos pessoais com os líderes de Angola e Moçambique.

2 - Missão à África para propor as representações especiais

Minha missão à África, destinada a propor a criação das Representações Especiais em Lourenço Marques e Luanda, começou então em meados de janeiro, com os contatos que, de Nairóbi, no Quênia, com a cooperação do embaixador Frank Mesquita, consegui estabelecer na Tanzânia, em Dar es-Salaam, com a Frelimo de Moçambique, e com o MPLA de Angola.

Agostinho Neto estava ausente de Dar es-Salaam. Samora Machel, que recebera Zappa um mês e meio antes, designou para receber-me Marcelino dos Santos, vice-presidente, encarregado de relações exteriores da Frelimo.

A primeira entrevista que então tive, com Marcelino dos Santos, no acampamento militar da Frelimo em Kurasini, nas imediações de Dar es-Salaam, foi plácida. Expus-lhe os bons propósitos do Governo brasileiro e sua nova política para com a África. Propus-lhe a criação de uma Representação Especial em Lourenço Marques e salientei, da maneira mais convincente possível, as vantagens que tal missão permanente antecipada traria, para as relações com o Brasil e para reforçamento dos Acordos de Alvor, pelos quais Portugal prometia a independência de Moçambique em julho de 75.

Segundo instruções, disse-lhe também que o Brasil estava desde logo disposto a dar alguma ajuda humanitária a Moçambique, ainda na fase de transição à independência, para aliviar os efeitos da guerra recém-terminada. Mas para isto, o Itamaraty solicitou que a Frelimo elaborasse uma lista de prioridades, a fim de melhor orientar o Governo brasileiro na doação oferecida.

Marcelino dos Santos respondeu-me cortesmente, dizendo que estava a par das mudanças de intenção política do governo brasileiro, tal como explicadas por Zappa a Samora Machel e por mim a ele – e que só poderia louvá-las; que a criação de uma Representação Especial em Lourenço Marques era assunto novo, e por isso demandava estudos e decisão coletiva, pelo que teria de ser submetido ao Bureau Político da Frelimo; que qualquer ajuda dada pelo Brasil ao povo moçambicano, para aliviar as agruras causadas pela guerra, seria recebida com gratidão – mas que a Frelimo já não mais usava elaborar listas de prioridades em busca de ajuda externa. Era isto um exercício que, na maioria das vezes, redundava em perda de tempo e frustração. Assim, bastava ao governo brasileiro ter em mente que a ajuda a Moçambique devastado pela guerra poderia ser em tudo semelhante àquela que Brasília dê ao Nordeste do Brasil, em períodos de seca e calamidade pública. Em três palavras, poderia indicar as necessidades mais prementes em Moçambique: caminhões, alimentos, remédios. Quanto à decisão que deveria ser tomada coletivamente, sobre a proposta de criação de uma Representação Especial, Marcelino dos Santos

propôs que tivéssemos uma nova reunião, dentro de vinte dias aproximadamente.

Como me encontrava em Dar es-Salaam, mesmo sabendo que Agostinho Neto estava viajando, procurei o escritório do MPLA. Entrei então em contacto com André Petrov, chefe daquele escritório, negro de Cabinda que estudara na Bulgária e que havia recebido o patronímico eslavo por ter um sobrenome muito arrevezado para os búlgaros. Petrov, que já então sabia da proposta feita à Frelimo, sobre a criação de uma Representação Especial em Lourenço Marques, informou-me que Agostinho Neto retornaria a Dar es-Salaam em breves dias e teria prazer em receber-me, tal como recebera Zappa. Ficou de telefonar-me a Nairóbi para marcar a entrevista com o chefe do MPLA.

Voltei a Nairóbi para reportar ao Itamaraty a entrevista com Marcelino e fiquei aguardando o telefonema de Petrov, que demorava. Finalmente, depois de insistentes chamadas telefônicas, consegui reencontrá-lo no escritório do MPLA. Estava muito ocupado. Agostinho Neto regressara a Dar es-Salaam, mas se aprestava para viajar de novo, logo em seguida. Passaria na manhã seguinte por Nairobi, onde faria uma rápida escala. Se eu quisesse, dizia Petrov, poderia encontrá-lo no aeroporto, mas a entrevista teria de ser muito curta, apenas o tempo necessário para a troca de aviões.

Estudei naquela mesma noite os horários e as rotas das poucas companhias de aviação que serviam Nairóbi e Dar es-Salaam. Cheguei à conclusão de que Agostinho Neto, na manhã seguinte, só poderia embarcar em Dar es-Salaam num vôo da East African Airways, no retorno de uma aeronave daquela companhia, que vinha de Roma e passaria de madrugada por Nairóbi. Na mesma madrugada fui para a Tanzânia, naquele vôo. Cheguei a Dar es-Salaam e esperei no aeroporto, para voltar no mesmo avião. Contactei o chefe de segurança do aeroporto, pedi-lhe que encaminhasse um cartão meu a Petrov, tão pronto Agostinho Neto chegasse para embarque.

O resultado de meu deslocamento foi positivo. Voltei de Dar es-Salaam sentado ao lado de Agostinho Neto, na primeira classe do avião que estava inteiramente ocupada por dirigentes do MPLA. Iniciava-se, naquele vôo de uma hora e pouco até Nairobi, a primeira etapa do retorno do MPLA a Luanda, para participar do governo de transição para a Independência. Agostinho Neto tencionava chegar a Luanda, depois de algumas escalas, em Nairóbi e outras cidades africanas, exatamente no dia 4 de fevereiro. Pois fora naquela data, 14 anos antes, que o MPLA se sublevara na capital da colônia e pela primeira vez atacara as prisões e quartéis portugueses.

A conversa com Agostinho Neto foi simpática, naquele ambiente de contida excitação, num momento que, para ele e seus correligionários do

MPLA, era de grande significado político e histórico. Ouvi mais do que falei. O líder do MPLA mostrou-se contente com a nova orientação da política externa brasileira com relação à África. Concordou com a abertura de uma Representação Especial em Luanda. Revelou-se muito interessado pela cooperação de todo tipo que o Governo brasileiro pudesse dispensar a Angola, antes, durante, depois da independência que viria em 11 de novembro. Discorreu, de maneira muito comedida, sobre a situação política em Angola, sobre os demais movimentos, sobre as relações que o MPLA poderia ter, especialmente com a Unita, de Savimbi, com vistas à eleição programada. Sobretudo impressionou-me a visão ampla e compreensiva que Agostinho Neto tinha da situação do Brasil e de Angola no mundo, da cooperação intensa que poderia haver entre dois países irmanados pela cultura, pelas etnias e mestiçagem, tão complementares para o estabelecimento de relações comerciais, econômicas, técnicas, culturais, relações de todo tipo. Agostinho Neto, em 14 anos de guerra, não se tornara hostil a Portugal: era adversário, sim, do colonialismo português. Mas parecia ver as relações com o Brasil como muito mais promissoras do que as relações que Angola pudesse ter no futuro com Portugal. Pois Portugal não era um país tropical, mestiço, com grande território e amplos recursos naturais, com uma grande população que tivesse que lutar para superar o atraso colonial, para alcançar o desenvolvimento, para industrializar-se. Portugal era europeu, e cada vez mais se aproximaria da Europa, distanciando-se da África e do Brasil. Já o Brasil era diferente, um país verdadeiramente parecido com Angola, segundo suas impressões.

Depois de Nairóbi fui a Angola. Visitei o alto comissário português, os três primeiros-ministros, um de cada movimento, que constituíam o governo de transição para a Independência, recém-instalado, segundo os Acordos de Alvor. O alto comissário português, Silva Cardoso, era um general da aviação. Pareceu-me um tanto inadequado para as funções, porque não poderia ter uma liderança muito forte sobre as tropas do exército português, força majoritária em Angola. Tampouco demonstrava, como político, muita isenção entre os três movimentos: na rápida e afável conversa que tivemos, acusou Holden Roberto de estar trazendo para Luanda tropas zairenses emprestadas por Mobuto; acusou o MPLA de não se esforçar para desarmar os moradores das favelas ou *musseques* de Luanda, o que a seu ver constituía grande perigo; finalmente, deu-me a entender que, dos três dirigentes de partidos que ambicionavam o governo de Angola independente, Savimbi era “o menos ruim para os portugueses”.

Quanto aos três primeiros-ministros, Lopo do Nascimento, do MPLA, recebeu-me muito simpaticamente, declarando que a abertura de uma Repre-

sentação Especial em Luanda era excelente idéia e revelando conhecer bem o Brasil e a potencialidade de uma cooperação brasileira com Angola; José N'Dele, da Unita, foi também cordial e agradável, mas evitou fazer qualquer declaração política sobre os demais partidos – pois a Unita à época ainda funcionava como uma espécie de pêndulo entre Holden Roberto e Agostinho Neto. Finalmente, Pinnock Eduardo, da FNLA de Holden Roberto, manifestou-me grande temor de seu partido frente ao fato de que os *musseques* – as favelas planas, “cidades de barro” que cercavam Luanda – estavam armados e nem os portugueses, nem o MPLA, faziam coisa alguma para desarmá-los. A FNLA, seu partido, teria então de tomar a iniciativa. E para isto estava trazendo mais tropas, do Zaire a Luanda.

Lembrava-me eu dos acontecimentos de setembro do ano anterior, quando os colonos brancos, insatisfeitos com a Revolução dos Cravos, haviam promovido expedições punitivas, verdadeiros *pogroms*, contra os *musseques* de Luanda. Não teria sido como decorrência desses ataques, não teria sido para defrontrar novas investidas da mesma espécie que os negros dos bairros pobres se armaram? Na conversa com Lopo do Nascimento, chegara a fazer-lhe esta pergunta. Confirmou-me a suposição. E adiantou-me uma confidência que era mais do que simples desculpa para a inação do MPLA a respeito: aquele armamento disponível nos *musseques* era inconveniente também para o MPLA. Não porque temesse com ele ser atacado, mas porque o MPLA lutara contra Portugal durante 14 anos, principalmente no interior de Angola e no exílio. Seus quadros regulares que só agora chegavam à capital, vinham certamente armados, mas politicamente eram quadros conscientes, disciplinados. Já o povo dos *musseques* não tinha ainda uma consciência política definida e uniforme. Reagia aos acontecimentos de maneira espontânea, um tanto anarquicamente. E começava a constituir um poder *aliado* ao MPLA, o chamado Poder Popular, mas não perfeitamente controlado pelo MPLA. Tinha suas próprias lideranças de bairro – e agora que o MPLA, pela primeira vez, se instalava em Luanda, sempre que tentasse desarmar o povo, sempre que tentasse selecionar quem poderia ou não ter armas nos *musseques*, todas as armas seriam escondidas, desapareceriam como que por encanto. Assim, se o MPLA nada podia fazer para esse desarmamento, se as tropas portuguesas não conseguiriam fazê-lo sem criarem grandes conflitos, os *musseques* continuariam armados, exatamente como as favelas e guetos das grandes cidades do mundo inteiro sempre tiveram muitas armas e lideranças às vezes providas da marginalidade. Pior ainda: se a FNLA mais adiante tentasse desarmar os *musseques*, como tencionava, acabaria por contribuir para que aquele povo arêu ainda mais se armasse, capturando armas da própria FNLA. Até as crianças dos

bairros pobres de Luanda estavam armadas. Construía suas espingardinhas de brinquedo, com pedaços de cano, pregos e elásticos – mas eram brinquedos letais, pois podiam disparar balas de verdade. E balas e armas de todos os calibres iam sendo furtadas às tropas portuguesas, às tropas de Holden e Savimbi em Luanda, ao próprio MPLA. Isto é: na medida em que Luanda se enchia com tropas dos três Movimentos, o chamado “poder popular”, sediado nos *museques*, também se punha em pé de guerra.

Através do primeiro-ministro José N'Dele combinei uma entrevista com Savimbi em Silva Porto, pequena cidade do planalto, terra natal do líder da Unita. Fui de avião até Nova Lisboa (atual Huambo) e de lá de carro, acompanhado por um funcionário do Consulado que fora sargento das tropas de comando portuguesas, e por um engenheiro português de Nova Lisboa que combatera contra as guerrilhas em Angola com o posto de capitão. A viagem de carro foi demorada. E percorrendo aquela região onde em passado recente haviam lutado contra o MPLA e a Unita, os dois portugueses não podiam deixar de rememorar suas aventuras guerreiras. O MPLA era levado a sério, em todos os encontros bélicos que ambos rememoravam. Mas quanto à Unita a conversa dos dois assumia um tom frascário, como se Savimbi fosse um inimigo para não ser levado em conta, nem a sério. Diziam, galhofeiramente, que Savimbi jamais enfrentara os portugueses, apenas “andara em correrias pela região, lutando de raro em raro, sempre contra o MPLA”.

Em Silva Porto encontrei Savimbi num hotelzinho de província. A frente do hotel, a escada que conduzia ao segundo andar, e a sala em que Savimbi me recebeu, estavam apinhadas de guerrilheiros pesadamente armados. Para que aquele aparato bélico, na cidadezinha pacata de interior, que ademais era sua terra natal? Zappa não fora recebido por Agostinho Neto, sozinho, num escritório, num sobrado em Dar es-Salaam? Os dirigentes da FNLA de Holden não moravam no Hotel Trópico em Luanda, não circulavam pela cidade grande, armada até os dentes, com discreta segurança, se tanto? Por que Savimbi precisava daquele aparato guerreiro à sua volta? Só poderia ser para impressionar quem o procurasse. Talvez aquela fosse a totalidade das forças de que dispunha. Quanto à conversa que com ele tive, à vista de vários guardas postados à volta da sala – foi, se assim se pode dizer, bastante descontraída. Declarei-lhe qual era a nova política brasileira. Não teve críticas à política pregressa, nem elogiou a atual. Propus-lhe a criação de uma Representação Especial em Luanda. Nem bem começara expor as razões que levavam o Brasil a sugerir tal medida – Savimbi já havia dado sua concordância. Tentei interessar o líder da Unita na cooperação que o Brasil poderia dispensar a Angola, mas tive a nítida impressão de que Savimbi pouco ou nada sabia do

Brasil, nem jamais pensara em qualquer cooperação do Brasil com Angola. Disse-me apenas, mornamente, que a Unita “poderia estudar o assunto”. Pairava então no ar uma vaga expectativa... O que Savimbi gostaria de escutar eu não poderia dizer. O Brasil só se propunha a ser isento, equânime, ficar sentado no muro, vendo a disputa pelo poder entre os três movimentos angolanos. E Savimbi também. Já não estava ele aboletado no mesmo muro, colocando a Unita numa espécie de leilão entre a FNLA e o MPLA? Não era ele o homem que os colonialistas brancos preferiam, porque nunca combatera verdadeiramente Portugal, mas sempre lutara contra o MPLA? Se eu tivesse apoio publicitário a dar à Unita, dinheiro, armas, Savimbi certamente se interessaria. Mas isenção? Equanimidade? Savimbi parecia-me um político do proveito imediato, do toma lá dá cá, do já, do agora. Aceitaria até o diabo como aliado para alcançar logo o poder – como de fato depois ocorreu, quando se juntou à África do Sul. Mas quanto ao Brasil, que não tinha vantagens a oferecer, não se podia interessar.

Despedi-me logo, porque minha missão fora cumprida totalmente: tinha o consentimento de Savimbi para a Representação Especial. Voltei então a Luanda. E enquanto esperava notícia sobre uma entrevista que solicitara a Holden Roberto, em Kinshasa, no Zaire, aproveitei para fazer algumas visitas a ministros de Estado do novo governo de transição, aos titulares das pastas de Planeamento (MPLA), Saída Míngas, Saúde (FNLA), Dr. Samuel Abrigada, e Educação (Unita) Professor Jeronimo Wanga. Eram esses os Ministérios que mais podiam interessar a uma cooperação brasileira de cunho apolítico, não partidário.

Dr. Abrigada, da Saúde, foi quem primeiro me recebeu. Logo de início declarou-me que estava ansioso à minha procura, que iria visitar-me, se eu não viesse, pois desejava um convite para ir ao Brasil. Queria ajuda brasileira, imediata, médicos brasileiros em Angola. Os médicos portugueses estavam saindo, pretendia trazer do Brasil cerca de trezentos profissionais para lotar todos os postos de saúde e hospitais que seu Ministério iria construir na fronteira entre Angola e o Zaire, por onde necessariamente passariam os refugiados angolanos que retornassem do país vizinho para votar na FNLA nas eleições vindouras. Queria médicos de todas as especialidades. Já tinha uma lista com os números e especialidades requeridas. E ia mostrando num mapa de parede os pontos remotos da fronteira norte de Angola, onde alfinetes de cabeças coloridas indicavam os postos de saúde e hospitais a serem criados. Prometi ao Dr. Abrigada que cuidaria de sua pretendida viagem ao Brasil e tratei de escapar dos seus imaginosos e inexequíveis planos de saúde, que revelaram a anemia eleitoral de seu partido.

Em seguida visitei o professor Jeronimo Wanga, ministro da Educação, da Unita. Contei-lhe a visita que fizera a Savimbi em Silva Porto. Falei dos esforços que o Mobral vinha fazendo no Brasil para erradicar o analfabetismo; aventei a possibilidade de que universidades brasileiras pudessem fazer convênios com a Universidade de Luanda, que já se estava esvaziando de professores portugueses – mas nada disso tirou Wanga de seu hieratismo ministerial. Resolvi então aplicar-lhe tratamento de choque. Disse-lhe que Portugal sempre tivera acordos com o Brasil, para permitir a ilimitada circulação de livros, publicados em português, entre os dois países. Mas que, no tocante a Angola, a despeito da grande curiosidade por leituras que a independência suscitara – as poucas livrarias andavam apinhadas de gente – Portugal ainda impunha uma cota rígida para a importação de todos os tipos de livros brasileiros. Não mais de 80.000 dólares por ano eram permitidos para pagar as publicações que Angola pudesse importar do Brasil – o que ainda deixava a ex-colônia culturalmente atada à ex-metrópole, mesmo na transição para a independência. Wanga, um educador, não se comoveu nem com isto. Prometeu-me apenas vagamente “estudar a questão”, como se estivesse me fazendo algum favor pessoal. Despedi-me, tão cordialmente quanto possível, e saí decepcionado.

Visitei também, no dia imediato, o ministro do Planejamento, Saidy Mingas, que era do MPLA. Jovem, culto, economista, de conceituada família de Luanda, irmão de um conhecido compositor e cantor angolano, Mingas deu-me a mesma boa impressão que Lopo do Nascimento e Agostinho Neto já me haviam dado. Conhecia muito do Brasil, esperava muito das possibilidades de cooperação entre Angola e o Brasil e acreditava que, com a Representação Especial estabelecida em Luanda, desde logo essa cooperação pudesse frutificar. Com Mingas, um bom diálogo de planejamento poderia ser estabelecido pelas autoridades competentes brasileiras. Valia a pena convidá-lo ao Brasil.

Restava-me ir a Kinshasa, para entrevistar-me com Holden Roberto. Mas como a data marcada para a entrevista ainda permitia, fui novamente visitar Agostinho Neto, que chegara a Luanda em 4 de fevereiro em meio a grandes manifestações de júbilo popular. Agostinho Neto estava hospedado numa das casas oficiais que antes serviam como moradia de funcionários coloniais, perto do Palácio de Governo. Marquei a entrevista por telefone, fui recebido na mesma tarde. Encontrei dois guardas no jardimzinho em frente, que me deixaram passar. Toquei a campainha, o próprio Agostinho Neto assomou à porta, em camisa esporte, e me convidou a entrar. Ofereceu-me um cafezinho, sentamo-nos a conversar. Cumprimentei-o pela recepção que tivera em Luanda, e que eu presenciara, num dia de trabalho normal que se transformara em feriado não-oficial, apenas devido à sua chegada. Depois

resolvi testar as impressões que tivera das entrevistas com os ministros da Saúde e da Educação. Comecei muito maciamente, lembrando que Agostinho Neto era médico, por abordar problemas de saúde pública em Angola, mencionar os planos que o Dr. Abrigada tinha para uma intensa e imediata cooperação brasileira, agora que os médicos portugueses iam abandonando a ex-colônia. Mas Agostinho Neto nem permitiu que eu fosse adiante. Disse-me francamente que os planos de Abrigada, que nem era médico, mas doutor em teologia, eram simplesmente alucinados. Conhecia bem tais planos, pois os médicos que ainda permaneciam em Angola, que trabalhavam nos hospitais, no Ministério da Saúde, eram, em grande maioria, partidários do MPLA. E salientou, com muito cabimento: se o Brasil pudesse dispor da vida de trezentos médicos para enviá-los a Angola, com mais razão os enviaria ao Amazonas, dado que o governo brasileiro estava construindo uma estrada naquela região.

Quanto ao êxodo de médicos portugueses, lastimava-o, julgava-o desnecessário, mas não acreditava que fosse tão dramático, nem viesse a prejudicar muito o povo angolano. As poucas cidades grandes de Angola, onde esses médicos se concentravam, com suas boas e rendosas clientela de gente branca, certamente sentiriam o êxodo. Mas os negros angolanos, mesmo nas cidades, por serem pobres, não podiam pagar consultas. No interior, muitas vezes, por não falarem ainda português, nem chegariam a entender-se com médicos que os atendessem por caridade. Tratavam-se então como podiam, com a curanderia nativa de ervas variadas, ou morriam à mingua de qualquer assistência. Quanto aos planos de Abrigada, salientou, “não são destinados à saúde pública de Angola. São destinados à saúde eleitoral de seu partido”. E não se concretizariam, porque nem os profissionais portugueses que ficassem em Angola tomariam parte em tais projetos, prestando-se a morar nos cafundós da fronteira. A respeito da medicina que o MPLA preconizaria para Angola, Agostinho Neto disse-me que seria eminentemente preventiva. Os serviços de saúde pública seriam ampliados, enfermeiros seriam bem treinados, médicos novos seriam formados, uns e outros provenientes das várias regiões do país, capazes de conversar com os pacientes em suas línguas nativas, e a própria medicina africana, que com suas ervas e chás às vezes curava, seria estudada, revalorizada naquilo que pudesse ter de verdadeiramente científico. Nisso tudo, na formação de médicos e enfermeiros, na fabricação de remédios e vacinas, na construção e gerenciamento de hospitais e postos de saúde, o Brasil poderia cooperar, ensinar muito a Angola. E talvez até aprender algo nessa cooperação...

Lembrei a Agostinho Neto a escassez de livros brasileiros em Angola, inclusive livros de medicina. E adiantei-lhe que o governo português ainda

estava impondo uma cota de apenas 80.000 dólares anuais para a importação de livros de qualquer espécie impressos no Brasil. Bastou essa rápida menção para que Agostinho Neto se mexesse na cadeira, percebendo o absurdo da limitação, e pedisse mais informações a respeito. Prometeu-me que o MPLA cuidaria do assunto na primeira oportunidade, para logo abolir tal restrição discriminatória, caracterizadamente colonial.

Na mesma noite embarquei para Kinshasa, onde teria a entrevista com Holden Roberto dois dias depois. Fui visitá-lo num quartel da FNLA no centro da capital zaireense, e levei comigo o embaixador do Brasil no Zaire, Brulino Botelho Barbosa. Brulino já havia tido alguns rápidos contactos com Holden, nos circuitos sociais e oficiais de Kinshasa. Holden recebeu-nos cordial e informalmente, pareceu-me muito mais simpático e vivaz do que Savimbi, mas a tal ponto loquaz que só com certa dificuldade pude expor-lhe em poucas palavras a nova política brasileira para com Angola e a conveniência que o governo brasileiro sentia de ter uma representação política, uma espécie de Embaixada antecipada, em Luanda. Holden concordou imediatamente com a idéia da Representação Especial, louvou sumariamente a nova política brasileira, sem dar qualquer mostra de que pudesse a qualquer tempo ter tido ressentimentos com nossa antiga política e retomou logo a palavra, reencentando um relato narcisista das atividades da FNLA, em que ele, Holden, a cada instante, aparecia como o libertador único de Angola, como o maior inimigo dos portugueses, principalmente dos comunistas portugueses, que estavam pretendendo entregar Angola a Agostinho Neto. Considerava-se paladino da civilização ocidental, da democracia e dos princípios cristãos na África, e assim por diante. Tal discurso, para mim surpreendente, terminou com Holden agitando um folheto no ar, o Tratado de Alvor, e dizendo-nos, com o olhar jubilante de glória: “Quem fez este tratado fui eu! Os portugueses queriam simplesmente entregar Angola a Agostinho Neto. Savimbi tinha medo de envolver-se na negociação de um tratado e perder Angola para Agostinho Neto. Foi então que eu mostrei a Savimbi que se estivéssemos juntos, se apresentássemos nossos pontos de vista em perfeita consonância a uma só voz, nem os comunistas portugueses, nem Agostinho Neto prevaleceriam. E foi assim que eu, sozinho redigi todos os artigos deste tratado!”...

De Kinshasa voltei diretamente a Nairóbi. Mais de vinte dias haviam passado desde que estivera com Marcelino dos Santos, e logo ao chegar busquei saber se o Brasil já havia encaminhado alguma doação a Moçambique, como prometera. Não. Nenhuma doação fora feita, apenas o Itamaraty persistia na idéia de que, antes, a Frelimo deveria apresentar uma lista de prioridades, uma espécie de petição de ajuda. Entrei em contato telefônico

com Zappa, aconselhei que desistisse de vez por todas da lista, e que me desse logo instruções para ir revisitar a Frelimo e saber sobre a Representação Especial. Zappa disse-me que esperasse novas instruções. Passaram-se vários dias, até que as instruções chegaram: já não era mais necessário pedir a lista, já não se oferecia doação alguma, mas em vez disso deveria eu apresentar a Marcelino dos Santos a sugestão de que a Escola Superior de Guerra, em viagem à África, visitasse Lourenço Marques. A ESG fora convidada a visitar a África do Sul, e recusara. Mas a Moçambique queria ir. Telefonei de novo a Zappa, para reclamar das instruções recebidas. Disse-me ele que nada poderia fazer no sentido de alterá-las. Era minha obrigação então cumprí-las, ainda que pudessem acarretar desastres.

Embarquei então para Dar es-Salaam, para conhecer a resposta que Marcelino dos Santos teria sobre a criação da Representação Especial em Lourenço Marques e fazer a gestão recomendada sobre a ESG, tendo consciência de que minha segunda entrevista com Marcelino dos Santos já não poderia ser tão plácida quanto a primeira. Comecei por dar-lhe conhecimento do fato de que os líderes dos três movimentos angolanos já haviam concordado com o Brasil no sentido da criação de uma Representação Especial em Angola. A todos parecia uma boa idéia, pelas perspectivas que criava para cooperação mais intensa e entendimento político melhor, entre Angola e o Brasil, na fase de transição que se inaugurava. Terminei por indagar qual a resposta que os órgãos competentes da Frelimo haviam dado à mesma proposta feita pelo Brasil, com respeito a Moçambique.

Marcelino dos Santos respondeu-me lentamente, frisando as palavras, quase escandindo sílabas, como que para transmitir melhor a decisão coletiva de que era porta-voz: “A Frelimo não poderia aceitar a proposta brasileira, concedendo ao Brasil um *status* especial na criação antecipada de relações diplomáticas com Moçambique, porque as mentes e os corações moçambicanos, depois de sofrerem 14 anos de guerra, depois de verem durante todo esse tempo o Brasil apoiando Portugal – não estavam acostumadas a considerar o Brasil como um país amigo”. Assim sendo – concluía – o Brasil deveria “esperar que a independência de Moçambique se concretizasse e então formalizar a proposta de relações diplomáticas ao nível conveniente”.

Respondi a Marcelino dos Santos que acatava a resolução da Frelimo e a levaria ao conhecimento de meu governo, mas não podia deixar de lastimar que tal decisão houvesse sido tomada com base numa suposição, a meu ver infundada, de que o Brasil “não fosse amigo de Moçambique”. Salientei então que o Brasil era distante, muito introvertido em sua política, dados os seus problemas de desenvolvimento; que o Brasil recebia escassas e deturpadas

notícias da guerra em Moçambique, porque as metrópoles costumam ocultar do mundo as lutas havidas em suas possessões e os nacionais portugueses eram muito numerosos e influentes no Brasil – mas que, a despeito de todas essas limitações ou deturpações da informação que tínhamos sobre Moçambique, sobre a guerra que o povo moçambicano travava, contra as tropas portuguesas – o Brasil por princípio, nunca foi favorável ao colonialismo; sempre manifestou seu desejo de que a guerra em Moçambique terminasse o quanto antes, que Portugal encontrasse uma solução pacífica para a descolonização na África. Por isso o voto do Brasil na ONU tendera sempre para a abstenção e irritava o salazarismo, embora não pudesse, de outro lado, satisfazer a Frelimo. Ademais, cabia-nos considerar, há gradações de amizade e inimizade. Amigos de Moçambique não poderiam ser considerados aqueles países que haviam votado sempre *a favor* do colonialismo português, como a África do Sul, por exemplo; amigos de Moçambique não poderiam ser considerados, tampouco, os países da OTAN, que muitas vezes foram internacionalmente acusados pela Frelimo de fornecerem armas a Portugal. Isto, o Brasil nunca fizera.

Mas não deixava de merecer atenção o fato de que agora, apenas terminada a guerra, entrando Moçambique numa fase de transição para a independência, com Portugal, que fora o inimigo principal, a Frelimo teria necessariamente de tratar todos os dias, antes, durante, depois da independência. Com a África do Sul, também, dados os vínculos econômicos que sempre existiram entre os dois países. E com os principais países da OTAN, presumia eu, Moçambique também não poderia deixar de ter relações políticas o quanto antes, ainda no período de transição para a independência, ou tão pronto ficasse independente.

Ainda mais: se mentes e corações moçambicanos pudessem ter a errônea impressão de que o Brasil não fosse país amigo, a melhor maneira de dissipar tal impressão, de convencê-los do contrário, era permitir que o Brasil desde logo estivesse presente em Lourenço Marques, prestando cooperação a Moçambique. Era justamente para isto que havíamos proposto a criação da Representação Especial.

Marcelino dos Santos retomou a palavra então, para dizer-me que minhas observações eram cabíveis, de um ponto de vista exclusivamente brasileiro, mas que não era assim que os moçambicanos podiam ver a questão. Em 1963, justamente para dar a conhecer ao público brasileiro o drama da guerra anticolonial, a Frelimo havia aberto um escritório no Rio. Aquela representação diplomática oficiosa de um país ainda não independente, correspondia, em sentido inverso, à representação diplomática formal que agora queríamos abrir, num país cuja independência ainda não estava completa.

Mas em 1964, o escritório da Frelimo no Rio foi varejado pela polícia, e seus funcionários presos e seviciados. Mais: foram ameaçados de expulsão para Portugal, onde iriam cair nas masmorras da Pide. E tão desastrosa expulsão só não se consumou porque Leopold Senghor, presidente do Senegal, intercedeu junto ao Brasil, em favor da Frelimo. Assim também, a valoração que eu atribuía aos votos de abstenção do Brasil na ONU poderia ser defensável de um ponto de vista puramente processual, jurídico, até político. Mas em política não podia ser eliminado um fator sentimental, decorrente de afinidades maiores e expectativas históricas. O Brasil fora colônia também. O Brasil, na Bahia, lutara bravamente por sua independência; tivera Tiradentes e Tomás Antônio Gonzaga, este exilado em Moçambique; é um país meio africano, por sua origem e cultura, e deve muito à África. Por tudo isso, Moçambique sempre havia esperado o apoio do Brasil, que, moralmente, valeria muito, perante Portugal, perante o mundo. Assim, o voto de abstenção do Brasil nunca foi bastante. Um voto afirmativo do Brasil em favor de Moçambique provavelmente teria paralisado o braço armado português, poderia talvez ter permitido que Moçambique em menos tempo visse a guerra terminar e ganhasse a independência.

Continuei a entrevista, então, apenas porque minha missão não estava ainda cumprida. Lembrei que após termos procurado, com três sucessivas missões—Bastian Pinto, Zappa e eu—ter contactos continuados com a Frelimo, esses contactos iriam se interromper numa fase muito importante, dado que a Representação Especial não era aceita e o Consulado Geral em Lourenço Marques em breve ficaria sem titular, dado que este já fora removido. Não seriam convenientes fórmulas outras, para evitar essa interrupção de contatos políticos? Não seria aconselhável, por exemplo, que personalidades brasileiras, ou instituições brasileiras, com influência no traçado de nossa política, pudessem visitar Moçambique no período de transição para a independência? Lembrei a respeito a visita que a Escola Superior de Guerra faria a vários países da África em futuro próximo. Fora convidada também pela África do Sul, mas recusara. Não seria conveniente que agora viesse a conhecer Moçambique, de tal forma que mais tarde pudesse influir positivamente nas relações formais que eventualmente fossem estabelecidas?

Marcelino dos Santos já então respondeu-me com frases curtas, até com certa brusquidão. Disse-me que os contatos com o Consulado Geral nunca existiram. O Consulado Geral era credenciado perante Portugal, tratava com a sociedade colonial, entendia-se a bem dizer com a Pide. Assim, fechado, não faria falta à Frelimo. Quanto à sugestão da visita da ESG, a resposta era *absolutamente negativa*. Para qualquer outra visita de personalidade ou instituição

brasileira em caráter oficial a Moçambique, no período de transição – para ter contatos com a Frelimo, seria necessário solicitar o encontro e tê-lo previamente aprovado pela própria Frelimo.

Despedi-me então. Marcelino e seus assessores foram levar-me até a porta. Minha missão estava encerrada.

Voltei a Nairóbi, informei pormenorizadamente o Itamaraty sobre os resultados das conversações com a Frelimo e em seguida retornei a Londres. Para mim, a posição ressentida e pouco coerente de Moçambique era eminentemente política: a Frelimo queria primeiro ver como o Brasil iria se comportar em Angola, agora que lá abríriamos uma Representação Especial. As relações com Moçambique dependeriam certamente do que fizéssemos em Angola. E relações de confiança com a África Negra, a mais longo prazo, o Brasil só poderia ter se se entendesse bem com os novos países que falam português naquele continente. A Representação Especial em Luanda assim ganharia uma dimensão maior e uma importância decisiva nas relações futuras com a África. Passava a ser o laboratório experimental para as relações com todo um continente.

3 - A missão Scarabotolo

Em Londres, dediquei-me a sugerir ao Itamaraty algumas medidas práticas que seriam necessárias para facilitar o desempenho da futura Representação Especial em Angola. Prevendo o êxodo, deveríamos dispensar de visto, em Luanda, os portugueses que saíssem para o Brasil. Sairiam como turistas, sem visto algum, como a legislação já permitia. Vistos permanentes lhes seriam concedidos à chegada ao Rio.

Não só o Cônsul em Luanda deveria ser removido, como o Itamaraty já decidira. Funcionários portugueses do Consulado, alguns muito ligados aos antigos interesses coloniais, deveriam sair para outros postos e ser substituídos por brasileiros.

A residência do Consulado em Luanda precisaria de um automóvel oficial. E o prédio necessitava ligeiras alterações, tais como um muro no jardim, caixa d'água, gerador elétrico, para dar-lhe mínimas condições de segurança em situações de emigração pânica e de luta armada que poderiam sobrevir.

Nada disso foi atendido prontamente pelo Itamaraty, com exceção do automóvel. Estava eu ainda em Londres, já designado para partir e assumir a Representação Especial, que fora criada com grande publicidade na imprensa brasileira – quando soube, com surpresa, que o ministro Hélio Scarabotolo, chefe do Cerimonial, faria uma quarta missão à África, “para credenciar-me perante o Governo de Transição.” Scarabotolo foi rapidamente a Luanda,

entrevistou-se com o alto comissário português, talvez tenha visitado os três primeiros-ministros - e comprou um dos automóveis usados do cônsul brasileiro que saía, para uso da Representação Especial. Esse veículo era idêntico, no modelo e na cor berrante, ao do cônsul do Zaire, representante de Mobutu. E como as bandeiras do Brasil e do Zaire são ambas auri-verdes, o veículo traria mais riscos do que facilidades à condução do representante brasileiro, na luta que logo se desencadeou em Luanda.

A viagem de Scarabotolo, com a finalidade que foi divulgada, de “apresentar credenciais de um outro representante” era protocolarmente tão esdrúxula quanto a própria Representação Especial com “*status* de Embaixada” que o Brasil iria criar em Luanda: Embaixadores sempre apresentaram suas próprias credenciais. Ante os resultados das conversações com a Frelimo, o Itamaraty poderia até ter demorado a criar a Representação em Luanda ou simplesmente desistido de criá-la, e isto teria passado despercebido no Brasil, na África, no mundo. Preferiu, a meu ver acertadamente, enfrentar o desafio e abrir a Representação em Luanda, para a qual me designou. Mas toda a publicidade que deu à abertura da Representação foi montada em torno da “missão Scarabotolo”, pois assim os setores da opinião pública nacional que eram indiferentes ou avessos à independência de Angola acreditariam que o Brasil estava indo para Luanda, não para ser isento entre os três movimentos angolanos, como proclamava o Itamaraty, mas para ajudar Portugal. Isto porque Scarabotolo era diplomata com renome conservador, tinha excelentes relações com Portugal, onde servira, e notabilizara-se como chefe de gabinete do ministro Gama e Silva, no Ministério da Justiça, ao tempo do AI-5. Portanto isso seria inconcebível imaginar que aceitasse participar de uma política brasileira na África em que um movimento de esquerda tivesse qualquer chance de alcançar o poder.

Aliás, o Acordo de Alvor, desde sua concepção (e por isso Holden Roberto podia estar tão ufano, atribuindo-se exclusiva paternidade do documento) parecia ser um jogo de cartas marcadas. Se a Unita e a FNLA se coligassem, contando ambas com apoio e recursos norte-americanos, ingleses, sul-africanos, poderiam ganhar eleições. E se Angola entrasse em guerra civil, contando com os mesmos recursos externos, e ainda mais com ajuda militar da África do Sul e do Zaire nas vizinhanças, o MPLA também teria poucas chances de alcançar o poder.

A isenção entre os três movimentos angolanos, que era a política proclamada pelo Itamaraty quando abriu a Representação Especial, agradava portanto a todos os lados, em Angola, no Brasil, no mundo, e de início não suscitaria quaisquer críticas, porque parecia bastante irreal. Mas desde logo nos

envolveria num processo que se iria complicando, na medida em que a situação em Angola pudesse pender em favor do MPLA. Então sim, as opções que tivéssemos de tomar, poderiam ser bastante problemáticas no mundo e no Brasil mesmo.

Fui então para Angola, com instruções para ficar neutro, sem favorecer qualquer partido, em eleições ou lutas que ocorressem, como executor de uma política que era bem nacional apenas porque parecia inspirada em Machado de Assis: “Ao vencedor, as batatas!” E a estrada a seguir nessa política começava ampla e asfaltada, a funilava-se logo num caminho de terra esburacado, sem sinalização alguma, para terminar talvez num verdadeiro beco sem saída...

4 - A representação especial em Luanda convulsionada

Cheguei a Luanda, para permanecer como Representante Especial do Brasil perante o Governo de Transição, num fim de semana, em 22 de março de 1975. Meu único colaborador, por mim convidado, o conselheiro Cyro Espirito Santo Cardoso, vindo de Brasília, chegaria no início da semana seguinte, trazendo dois auxiliares, Ivete Vargas e Paulo Andrade Pinto, que pela primeira vez serviriam no exterior.

Mal havia desfeito as malas, recebi um telefonema. Era do próprio hotel, um outro brasileiro recém-chegado, o jornalista Fernando Câmara Cascudo, queria visitar-me. Encontramo-nos logo. Câmara Cascudo era de *O Globo*. Vinha para Luanda prestar assistência à campanha eleitoral de Holden Roberto, para orientar e modernizar o jornal da FNLA, que era a *Província de Angola*. O próprio nome do jornal parecia-me impróprio, num país que já se encaminhava para a independência: recendia ainda a colonialismo, à ficção das “províncias ultramarinas”... Mas não era isso que Câmara Cascudo vinha modernizar. Estava interessado em sondar-me. Não podia acreditar de forma alguma que o Brasil pudesse ter vindo para Angola para ser isento, equânime, neutro. Insistia em que, no fundo, o Brasil deveria ter preferências, pois “o MPLA era comunista”. “e a Unita era um movimento insignificante, criado pelos próprios portugueses, para combater o MPLA”. Por eliminação – o jornalista concluía, por conta própria, e externava a opinião – o Brasil só poderia estar apoiando Holden Roberto e o FNLA – ainda que eu não quisesse declarar.

Para desfazer quaisquer ilusões que Câmara Cascudo pudesse manter a respeito da missão que eu trazia, disse-lhe que as declarações feitas pelo Itamaraty à imprensa, sobre a isenção e a equanimidade do Brasil, perante os três movimentos angolanos, eram absolutamente sérias. E que eu e meus colaboradores as levaríamos ao pé da letra, durante todo o curso de minha missão. Quanto à minha convicção pessoal, disse-lhe que todos nós, brasileiros,

éramos, antes de tudo, mal informados sobre a África, sobre as forças que disputariam o poder em Angola. Ademais, não vínhamos a Luanda para ganhar eleições, nem para vencer lutas civis, vínhamos para começar a ter relações de todo corretas com as colônias portuguesas que se independizavam, para ter boas relações com a África em geral, a longo prazo. Para isto, não podíamos começar “a apostar num ou noutro partido”; era imprescindível equanimidade, não envolvimento em disputas eleitorais ou lutas que sobreviessem. Por esta mesma razão, preocupava-me o papel que ele, jornalista brasileiro, passaria a ter a serviço da FNLA. Deveria limitar-se a dar a seu empregador orientação técnica, especializada, mas não conviria jamais que se envolvesse em atividades partidárias. Menos ainda seria cabível que sua atuação, como brasileiro, pudesse ser a qualquer tempo confundida com a dos funcionários que ali estavam em missão oficial, pois isto poria a Representação Especial em confronto com os outros partidos angolanos e frustraria a política brasileira.

Cyro Cardoso e os dois auxiliares que trazia chegaram na segunda-feira imediata. Hospedados todos no mesmo hotel, o Trópico, podíamos desde logo começar a trabalhar. Manteríamos a chancelaria da Representação Especial ali mesmo no hotel, dado que o cônsul do Brasil em Luanda, já removido para outro posto, demorava a partir e ainda ocupava a residência no prédio do Consulado. Precisávamos então de material de escritório, de máquinas de escrever, de dotações maiores para o Consulado, cujas verbas não comportavam sequer as despesas de expedição de telegramas. E mais adiante precisaríamos vitalizar, dinamizar aquela modorrenta repartição, tão logo o cônsul partisse, para atender com eficiência mínima ao êxodo de portugueses que se podia prever, bem como para cumprir a contento nossa missão política, que era manter o Itamaraty informado sobre a evolução da política angolana. Precisávamos, mais que nunca, de um telex. Provisoriamente, usaríamos o do hotel, em competição diuturna com alguns jornalistas estrangeiros hospedados no Trópico. Mas cumpria-nos instalar um telex no Consulado, e já não havia mais aparelhos disponíveis no comércio de Luanda. Teríamos então de importar um da Europa, se quiséssemos ter contato constante com o Itamaraty. Assim também, se o Brasil vinha para Angola para ficar - antes, durante, depois da independência - cumpria-nos começar a pensar na instalação da futura Embaixada. Com a saída dos portugueses, a oferta de casas para vender ou alugar era abundante, e os preços baratíssimos. Não seria oportuno cogitar logo da instalação da futura Embaixada, em situação tão favorável?

Foi assim, então, que começamos a nos entrosar na vida prática da cidade de Luanda, lidando com o comércio local, com ricos proprietários de

imóveis, com engenheiros, arquitetos e mestres de obras que pudessem planejar e depois executar ocasionais adaptações em prédios tentativamente escolhidos para a futura Embaixada. Pareceria fútil tal atividade, numa cidade que visivelmente se preparava para entrar em guerra. Mas trazia imensas vantagens: sentíamos o pulso, as tendências, o ânimo da população. E dávamos a esta ainda uma esperança, por ténue que fosse, de que a situação não ficaria tão feia quanto muitos esperavam: se o Brasil ali estava, preparando-se para abrir uma Embaixada, para fazer obras, para permanecer, porque os portugueses precisariam sair desabaladamente?

Na realidade, estávamos também conscientes de que tudo se deteriorava a olhos vistos. O hotel que eu conhecera em fevereiro, já não era o mesmo em março. Faltavam mantimentos. Faltavam empregados. Portugueses embarcavam de volta a Lisboa. Angolanos negros ficavam por dias a fio impedidos de sair de casa para vir trabalhar, pelas lutas que começavam a travar-se nos *musseques*. O comércio, pelos mesmos motivos, ia-se separando. A construção civil também. O porto já estava quase desativado. Substanciais reforços militares começavam a chegar do Zaire, para permitir que as tropas da FNLA de Holden Roberto empreendessem afinal esforços para desarmar o Poder Popular. E a cada passo, nas fímbrias da cidade, a FNLA e o MPLA se confrontavam, em escaramuças rápidas e sangrentas, que contribuíam para acirrar cada vez mais os ânimos, ao mesmo tempo em que criavam os primeiros “deslocados” ou refugiados de guerra, que escapavam em pânico para o centro da capital. A Unita de Savimbi procurava ficar neutra nesses conflitos, dada a tática pendular que adotara, como partido político. Sem forças militares que equivalessem às dos demais partidos, Savimbi apelava para um pretensão pacifismo. De fato, só na paz, em eleições que se realizassem, poderia verdadeiramente influir, juntando-se a um ou outro de seus oponentes, para ter uma fatia de poder.

Mas não eram somente essas as forças que atuavam naquela cidade confusa, em começo de conflagração. Portugal tinha cerca de 30 mil homens do exército em Angola. A Revolução dos Cravos seguia seu vacilante curso em Portugal e as cisões militares que surgiam em Lisboa de imediato repercutiam em Luanda. Iriam dividir-se mais adiante as forças militares portuguesas em Angola? Assim também a Pide, a famigerada polícia secreta portuguesa. Em Lisboa, fora extinta e perseguida, seus dirigentes curtiam cadeia. Mas em Angola, fora apenas abolida por decreto. Perdera os escritórios, tornara-se peripatética. Antes fora ajudada a subsistir em Angola como “força anticomunista” pelos grupamentos de colonialistas brancos que tentaram se organizar em partidos depois da Revolução dos Cravos, mas que não foram

reconhecidos como candidatas a governarem Angola independente, pelo próprio governo português. Agora, com os primeiros conflitos em Luanda, com o surgimento de “deslocados”, de gente desesperada pelo súbito desalojamento das casas que tinham na periferia da cidade – a Pide começava a contar com uma multidão revoltada, que perambulava pelas ruas, disponível para participar de provocações urdidas contra os movimentos negros angolanos, ou mesmo contra o governo de Lisboa e seus propósitos de conceder independência a Angola.

Eram então cinco, pelo menos, as forças que se digladiavam naquela confusão inicial de Luanda, se pudéssemos continuar a considerar o exército, a aviação e a marinha portuguesas como uma só força, coesa e disciplinada, sob as ordens do alto comissário. Os conflitos armados, quase diários, espocavam ali e acolá, circundavam a cidade. Começavam longe, nos *musseques*, e ninguém poderia dizer com certeza quem os iniciara. Da “cidade do barro”, como um círculo de fogo, pouco a pouco se aproximavam da “cidade do asfalto”, e em breve atingiriam o centro de Luanda. Era nessa cidade em começo de pânico, nesse verdadeiro arsenal, que o jornal *Província de Angola*, orientado por Câmara Cascudo, começava a imitar *O Globo*, com inflamados editoriais pró-FNLA que o jornalista escrevia e estampava na primeira página e com o uso requentado dos mesmos *slogans* que o governo Medici havia usado no Brasil alguns anos antes, em ambiente incomparavelmente mais calmo: “ANGOLA, AME-A OU DEIXE-A!”

Enquanto essas lutas periféricas com tendências centrípetas se desenvolviam, tínhamos também de cumprir outras obrigações formais de representação do Brasil. Devíamos visitar as autoridades, o alto comissário, os primeiros-ministros dos três movimentos angolanos, alguns outros ministros que cuidassem de pastas como Saúde, Educação, Planejamento, com os quais procurávamos coordenar o possível início de uma cooperação apolítica do Brasil com Angola. Era-nos necessário também visitar protocolarmente o Corpo Consular em Luanda, conversar com aqueles estrangeiros que há muito moravam na cidade e poderiam ter observações interessantes a nos transmitir. Tais visitas, a cada dia tornavam-se mais perigosas, dados os conflitos nas ruas.

Ivony, minha mulher, afinal chegou de Londres. Mal desembarcou, com a experiência que já havíamos tido em outros postos convulsionados, resolveu fazer suprimentos e montar na residência do Consulado, já então disponível, uma espécie de armazém, com mantimentos, latas de conserva e tudo mais que fosse essencial para uma longa permanência em Luanda, caso o comércio se esvaziasse de vez e a guerra se agravasse. Correu riscos de toda ordem nessas compras, mas graças a suas providências pudemos nós,

funcionários brasileiros, sobreviver o resto do ano em Luanda, quando a guerra de fato se agravou.

Opouco que pedíamos ao Itamaraty, em providências administrativas, era atendido com demora e imperfeitamente, sempre a meias. Nossos pedidos e sugestões pareciam cair nas moedas burocráticas usuais, na rotina dos trâmites entre divisões, departamentos, Secretaria Geral, Gabinete do Ministro, como se estivéssemos funcionando em condições normais e a prioridade da Representação fosse a mesma do antigo Consulado. A imprensa internacional e a própria imprensa brasileira davam destaque diário aos conflitos havidos em Luanda, até com certo exagero, pois havia interesse em comover o mundo com os acontecimentos de Angola e jogar todas as culpas sobre o MPLA. O Departamento da África logo então se agitava, Zappa telegrafava-nos, telefonava, queria saber como havíamos saído das últimas refregas. Mas se o Departamento da África às vezes, até se preocupava demais, outros demoravam providências que eram imprescindíveis à nossa segurança, arrastavam pés, até esqueciam nossos pedidos e sugestões, sem dar-lhes sequer resposta.

Na verdade, como um todo, o Itamaraty não estava preparado para enfrentar aquelas novas circunstâncias, nem para instrumentar-nos na execução de uma nova política traçada nas alturas da Presidência e do Gabinete do ministro. Na mesma época, por exemplo, o Líbano entrava em guerra civil. Mas no Líbano, não tínhamos política alguma, nada de especial a fazer. Nem as forças libanesas em combate esperavam do Brasil qualquer definição, qualquer ajuda. O embaixador podia então tirar férias, a Embaixada podia paralisar-se, ser até fechada, entregue ao jardineiro libanês, que não faria diferença. Em Angola era totalmente diferente. Vínhamos para fincar pé, permanecer. E todas as partes em conflito, portugueses e angolanos, esperavam algo do Brasil. Apoio moral, apoio político, ajuda econômica, ou mesmo militar. Quando nada esperavam, queriam pelo menos um visto permanente às pressas, para escapar da guerra o quanto antes e emigrar para o Rio, já que Lisboa lhes parecia estar-se tornando “comunista”...

O mínimo que o Itamaraty poderia ter feito para ajudar-nos – e dou aqui o conselho para situações semelhantes que no futuro se apresentem – teria sido criar uma força-tarefa interdepartamental, dedicada a apressar a solução dos problemas logísticos e administrativos da Representação Especial. Como isto não foi feito, durante todo aquele período, foi com muita falta de pessoal, com recursos muito reduzidos, com riscos aumentados que tivemos de levar às costas a Representação Especial (uma incrível missão diplomática neutra, simultaneamente credenciada perante três movimentos políticos armados e absolutamente antagonicos) mais um Consulado que quando se ativou chegou

a conceder cinco mil vistos permanentes por mês, talvez um recorde no Itamaraty de todos os tempos. E, como se tudo isto não bastasse, ainda nos cabia a tarefa de montar uma Embaixada, que ficou pronta, muito modesta, mas aparelhada para funcionar, no mesmo dia em que Angola afinal ficou independente.

Em abril e maio a luta se agravou, como era de todo previsível, e veio atingir o centro da cidade. Os serviços de limpeza pública cessaram. A luz volta e meia faltava porque uma linha ou outra de transmissão fora atingida. A água da cidade deixara de ser tratada, por falta de cloro. O feriado do Primeiro de Maio, que o MPLA pensava pela primeira vez comemorar em Luanda, serviu como pretexto para a intensificação e generalização dos combates, que já então se travavam num ou noutro bairro da própria cidade do asfalto. Luanda vivia em sobressaltos de dia e o toque de recolher passou a ser antecipado, das nove da noite para as seis da tarde. O porto, já paralisado, começava a encher-se com imensas pilhas de caixotes. E o aeroporto estava sempre repleto com refugiados, que dormiam pelo chão, com seus trastes, aguardando um vôo qualquer que os retirasse de Angola.

Comunicados radiofônicos contraditórios eram divulgados pelo alto comissário e por todos os partidos, pondo a culpa dos últimos conflitos num ou noutro dos movimentos angolanos. Tais comunicados também, com frequência, apontavam a ação de provocadores brancos interessados em fazer com que os movimentos se chocassem. Quando as lutas do dia cessavam, quando as armas pesadas dos movimentos angolanos se calavam, nos bairros mais ricos começavam tiroteios de armas leves, tiros de revólver dados a esmo, no escuro, nos desvãos das janelas e dos terraços dos prédios de luxo, destinados a provocar os movimentos angolanos a continuarem a peleja, na esperança de que se destruíssem reciprocamente, ou que atraíssem para Angola uma intervenção de paz da ONU ou de potências estrangeiras. Foi assim que numa noite relativamente calma, sem conflito algum nas redondezas, uma fachada lateral do Consulado do Brasil foi atingida, de alto a baixo, em toda sua extensão, por uma rajada de metralhadora. Outro tanto já acontecera ao Consulado da Itália, na imediata vizinhança. Tivemos então de mandar colocar tapumes blindados de aço nas janelas mais expostas do prédio.

A generalização e o acirramento das lutas em Luanda começaram a afetar o resto do país. As cidades antes pacatas do interior recebiam as ondas sísmicas daquele terremoto político, cujo epicentro era a capital. Em cada uma daquelas cidadezinhas um ou outro dos movimentos era mais forte, e expulsava então seus adversários a bala. Foi assim que a FNLA de Holden Roberto ocupou sozinha algumas vilas e cidades ao norte, perto da fronteira

do Zaire, e a Unita expulsou de alguns vilarejos o MPLA, nas alturas do planalto central na fronteira da Zâmbia, enquanto o MPLA ficou a dominar todas as cidades da costa, com a única exceção de Luanda, onde a luta era mais complicada e indefinida, dada a maciça presença de tropas portuguesas, e de refugiados, que agora também provinham das cidades pequenas do interior onde houvera lutas. O porto paralisado, o aeroporto entupido de refugiados, a presença das tropas portuguesas manietavam o MPLA para receber qualquer ajuda de seus notórios aliados, os países socialistas. Mas o Congresso americano continuava a votar dotações de ajuda para a FNLA de Holden Roberto, disfarçadas como doações ao governo do Zaire. E a África do Sul começava a ajudar Savimbi, a partir da fronteira com a Namíbia, enviando a Angola alguns “mercenários”, que, quando capturados, confessavam ser militares do exército regular sul-africano.

As lutas incessantes em Luanda e a ameaça de internacionalização do conflito preocupavam não só o governo português mas também alguns governos africanos. Foi assim que, numa tentativa de restabelecer a paz, em junho, no Quênia, sob o patrocínio de Jomo Kenyata, os movimentos angolanos se reuniram na Conferência de Nakuru. No documento final de Nakuru alguns assuntos concretos foram tentativamente resolvidos; os elementos da Pide que ainda permaneciam em Angola e provocavam conflitos seriam definitivamente expulsos do país. Seria criada uma polícia conjunta, dos três movimentos, para substituir a antiga polícia portuguesa já debandada. No mais, a Conferência de Nakuru apenas podia fazer algumas recomendações, no sentido de que tivesse encaminhamento, afinal, os dispositivos dos Acordos de Alvor, que previam a elaboração de uma lei eleitoral, de uma Constituição, para a independência prevista em 11 de novembro.

As decisões dos três partidos tomadas no Quênia começaram a ter execução, no tocante à expulsão da Pide de Angola e à formação da polícia conjunta, para a qual o Brasil vendeu os uniformes – mas ficaram a meio caminho. Os ânimos já estavam por demais exaltados. A luta recomeçou em Luanda, em meados de julho, entre a FNLA e o MPLA, e já então não se interrompia, como de outras vezes, por cansaço dos guerreiros ou falta de munições. Travavam-se batalhas em todos os bairros, simultaneamente. Armas pesadas, bazucas, morteiros, até canhões chegaram a ser usados de parte a parte, dia e noite. Muitos quartéis da FNLA, eufemisticamente chamados Casas do Povo, acabaram arrasados até os alicerces, ou incendiados. E a FNLA foi expulsa de Luanda após semana e meia de luta ininterrupta. Em seguida foi expulsa em uma hora de luta a Unita de Savimbi – muito embora alguns ministros, tanto da FNLA quanto da Unita, ainda demorassem na Capital,

aparentemente participando do já agora fictício governo tripartite, presidido pelo alto comissário português. As tropas da FNLA que de começo haviam tomado cidadezinhas ao norte de Angola, na fronteira com o Zaire, também haviam avançado em direção à Luanda, e se encontravam em Caxito, localidade estratégica, bifurcação de todas as estradas que se dirigiam para o norte, ameaçando a localidade de Quifangondo, onde se situavam as instalações para o abastecimento de água da capital. Com frequência a cidade ficava, então, sem água por dias seguidos.

O MPLA assim passava a dominar completamente Luanda, mas tinha ainda de conviver com as tropas portuguesas sob o comando do alto comissário. Entrávamos então num período em que o curso dos acontecimentos políticos em Lisboa seriam determinantes de acontecimentos em Angola. Colocava-se esta questão: o alto comissário Silva Cardoso, que em fase anterior havia estado muito preocupado com o armamento nos *musseques* e, por isto, na prática, se incompatibilizara com o MPLA e se aproximara da FNLA – poderia ainda permanecer no posto, ao lado do MPLA?

Os acordos de Alvor, por sua vez, já pareciam completamente inexequíveis, em tudo aquilo que dizia respeito à elaboração de uma lei eleitoral ou de uma constituição pelos três partidos angolanos. Cibia então perguntar: persistiria ainda o governo português no propósito de retirar suas tropas de Angola, no dia marcado para a independência, mesmo que isto significasse deixar Luanda em poder do MPLA?

Entrávamos assim num período de indefinição e expectativa política, que alguns governos estrangeiros logo procuraram influenciar. Tão pronto cessaram as lutas em Luanda com a vitória do MPLA, o governo britânico retirou seus nacionais de Angola e subitamente, em seguida, fechou o Consulado Geral. Todos os demais países, inclusive o Brasil, julgaram essa atitude precipitada e resolveram manter suas representações em Luanda. A intensidade da luta havida no período anterior, no entanto, recomendava cautelas. E todas as representações estrangeiras trataram de retirar de Angola, através de Luanda, todos os seus cidadãos que não tivessem função oficial. Foi o que também fizemos, para isto utilizando um navio do Lóide, o *Cabo de Orange*, que havia três meses estava ancorado no porto, sem poder atracar no cais paralisado e atravancado de navios e caixotes. O *Cabo de Orange* levou para o Brasil todos os brasileiros que moravam em Angola e se dispuseram a sair. Umhas três dezenas de compatriotas e duas funcionárias portuguesas do Consulado que haviam ficado “desalojadas” de seus apartamentos nas lutas havidas na Capital.

Com a expulsão da FNLA e da Unita, com a cessação dos combates diuturnos, a vida na cidade foi-se acalmando, embora o êxodo dos portu-
gue-

ses se tornasse frenético, já agora com a ajuda do governo de Lisboa, que muito aumentou as freqüências de vôos da TAP e passou a enviar a Luanda grandes navios fretados para retirar os colonos, seus pertences e veículos. A Varig também aumentou a freqüência de seus vôos para Luanda, acabou com a primeira classe para comprimir mais passageiros dentro de seus aviões. Nesse período atingimos o auge das atividades do Consulado do Brasil, com a concessão de cinco mil vistos permanentes num só mês.

Dono da cidade, o MPLA passou a ter também preocupações administrativas. Ao mesmo tempo que enfrentava ainda as tropas da FNLA nas proximidades de Caxito, a uns trinta quilômetros ao norte de Luanda, tratava de mobilizar a população para promover uma limpeza da cidade. Viria a Angola uma missão da Organização da Unidade Africana, para verificar qual dos partidos angolanos de fato tinha popularidade e condições para governar o país que se tornaria independente. A missão da OUA visitaria Luanda, visitaria Ambriz, a capital improvisada que Holden Roberto havia estabelecido no norte, visitaria Nova Lisboa no planalto, onde se concentravam forças da Unita e da FNLA – e ao fim daria seu parecer. Para isto, a população de Luanda ativou-se. E quando a missão da OUA afinal chegou, encontrou uma capital bem menos suja, tendo sido recebida com dois grandes comícios simultâneos do MPLA, um no aeroporto, logo à chegada; outro em frente ao Palácio de Governo, onde o alto comissário português e o primeiro ministro do MPLA, Lopo do Nascimento, receberam os delegados africanos para um coquetel, ao qual compareci.

Também passou por Luanda nessa fase de relativa paz na cidade o chefe do Departamento da África, Italo Zappa, que voltava de uma conferência em Kampala, em Uganda. Chegou numa tarde, embarcaria de volta ao Brasil, via África do Sul, na manhã seguinte. Encontrou-nos a mim, minha mulher, Cyro Cardoso e demais brasileiros da Representação Especial, muito macerados e emagrecidos pelas privações passadas e pelo excesso de trabalho. Penalizado com nossas condições físicas, ou influenciado pelo pessimismo de uma rápida conversa que teve com o primeiro-ministro da Unita, (que ainda figurava nominalmente no já inexistente governo tripartite, mas se preparava para sair de Luanda no dia seguinte), Zappa propôs-nos simplesmente o fechamento da Representação Especial, tal como os ingleses haviam feito com seu Consulado Geral. Opus-me firmemente a essa sugestão, pois embora reconhecesse a habilidade e a capacidade de improvisação política de Zappa, não podia esperar que nos dois meses que ainda nos separavam da independência de Angola pudesse ele encontrar outras fórmulas capazes de nos compatibilizar com as colônias portuguesas que se independizavam, como fora a da

Representação Especial. Ademais, se em março havíamos chegado a Luanda com promessas de isenção, equanimidade, neutralidade entre os movimentos angolanos que se disputavam o poder – como poderíamos em agosto voltar atrás e retirar a Representação Especial, agora que o MPLA saíra nitidamente vencedor e se aprestava, com indiscutível e amplo apoio popular, a assumir o poder? Se nos retirássemos, estaríamos rompendo toda uma política, sem ter qualquer outra para substituí-la. E não seríamos perdoados tão cedo por essa defecção. Zappa aceitou nossos argumentos e embarcou no dia imediato para o Brasil. Mas para que descansássemos dos vários meses de guerra, sugeri então a conveniência de que fôssemos todos ao Brasil, enquanto Gil Ouro Preto, vindo de Paris, e Sergio Telles, vindo de Brasília, substituiriam a mim e Cyro em Angola.

Fui então ao Brasil, em fim de agosto, “chamado a consultas”. E ao chegar a Brasília, para minha surpresa, verifiquei que nada havia sido ainda decidido sobre a permanência da Representação Especial em Luanda. O ministro Silveira evitava-me, não queria sequer ouvir meus argumentos favoráveis à manutenção da Representação Especial. Finalmente, a situação se decidiu sozinha – quando Portugal, principal interessado no assunto, tomou sua esperada decisão: trocou o alto comissário em Luanda por um general, depois por um almirante, que se entenderiam melhor com o MPLA; e renovou formalmente as promessas do Acordo de Alvor, no sentido de que, em 11 de novembro, Angola ficaria independente. As tropas portuguesas até aquela data seriam retiradas totalmente e o partido angolano que estivesse em Luanda assumiria o poder.

Regressei então do Rio a Angola com Ivony, em meados de setembro, para a etapa final que nos levaria até a data da independência. Éramos os únicos passageiros do Boeing da Varig. Ia perfeitamente consciente de que o MPLA, já sozinho em Luanda, assumiria o poder tão pronto os portugueses partissem. E consciente também de que todas as forças que se opunham ao MPLA em Angola e no mundo tratariam de se esforçar ao máximo para desalojá-lo da capital antes que o 11 de novembro chegasse. Cyro Cardoso foi retido pelo Itamaraty no Brasil. Gil Ouro Preto voltou a Paris e Sergio Telles, que viera com Gil, regressou a Brasília. Passei a ter como colaborador apenas o terceiro secretário Raul Taunay, que logo chegou a Luanda e comigo ficaria por muitos meses, prestando excelentes serviços.

5 - Novos aspectos da guerra

A guerra então mudava completamente de aspecto. Se antes tínhamos presenciado diuturnamente na capital uma cruenta luta civil, com veladas ajudas

estrangeiras—o que teríamos nessa nova fase era imprevisível, possivelmente invasões estrangeiras. Mas de onde viriam? Os Estados Unidos em abril daquele ano haviam saído derrotados do Vietnã. Iriam agora empenhar-se numa outra guerra em Angola? Não me parecia isto provável, dada a crescente impaciência do Congresso americano em votar dotações para ajuda à FNLA via Zaire. O Zaire, por sua vez, desde o começo estivera discretamente envolvido na luta, a favor de Holden Roberto. Mas o MPLA, em três meses de conflitos, já não havia mostrado de sobra que podia conter o avanço de Holden em direção a Luanda, ainda que este contasse com reforço de tropas zaienses e mercenários da CIA? E a África do Sul, com os problemas que já encontrava internamente na imposição do *apartheid*, na ocupação ilegal da Namíbia—ousaria exacerbar ainda mais a opinião pública mundial empreendendo uma invasão de Angola?

Foi exatamente esta última hipótese que se concretizou em outubro, quando forças sul-africanas consideráveis, com tanques modernos e carros de assalto, com blindagem e poder de fogo que não poderiam ser enfrentados por simples guerrilheiros munidos apenas de bazucas, morteiros, fuzis kalashnikov—entraram pela fronteira sul de Angola em Pereira d’Eça e foram conquistando cidade após cidade em poder do MPLA, até alcançarem a costa, na altura de Moçâmedes. De Moçâmedes, pelo litoral, começaram então a avançar sobre Luanda. Era terreno plano, ideal para o suposto “passeio” motorizado e blindado que empreendiam, e por isso contavam chegar a Luanda antes do 11 de novembro. Mas, pelo caminho, encontravam crescentes e inesperadas resistências. E à medida que o MPLA recuava e refluiu para Luanda, deixando Lobito, Benguela, destruíra depósitos de combustíveis, derrubava pontes, o que tornaria mais difícil o avanço dos tanques sul-africanos pelo distanciamento em—que ficavam de suas fontes de suprimento na Namíbia.

Em Luanda o avanço sul-africano excitava os portugueses. Mas não parecia atemorizar o MPLA e seus partidários. As tropas portuguesas lentamente embarcavam de volta a Portugal. Os caixotes, os automóveis e seus alvoroçados donos embarcavam também. O aeroporto esvaziava-se com a saída dos últimos portugueses. O trânsito da cidade, antes tumultuado e confuso, tornara-se ralo. O comércio se esvaziara para encher os caixotes que os portugueses levavam. Em Luanda inteira só duas casas estavam em obras e pintura, para esperar a independência: a sede da Diamang, da British-American Co., produtora de diamantes que se entendera com o MPLA para permanecer, e o prédio do Consulado do Brasil. Por isso, minha mulher e eu mudamo-nos da residência precária do Consulado para o Hotel Trópico. E minha atividade agora era bem menor, desde que tudo ficara em paz na cidade,

desde que o Consulado parara, dado que ninguém mais saía para o Brasil. De um lado, como atividade política, cabia-me reportar ao Itamaraty, com as minúcias disponíveis, o cada dia mais lento avanço sul-africano sobre Luanda – que muitos jornalistas internacionais ainda se compraziam em noticiar como se fosse uma fulminante ofensiva da Unita e da FNLA, “apenas ajudadas pela África do Sul”.

De outro lado, tinha eu mesmo de supervisionar as obras e pinturas que se ultimavam no prédio do Consulado e acompanhar Ivony na busca de uns poucos móveis que pudessem servir à futura Embaixada, nas raríssimas lojas que ainda tivessem meia porta aberta, ou nos depósitos de fábricas já paralisadas, nas cercanias da cidade. Com isto, nós dois e meus poucos colaboradores percorríamos diariamente a cidade inteira. E assim verificávamos o ânimo de resistência do povo, que não se intimidava ante a possibilidade de que os sul-africanos pudessem chegar a Luanda. Se chegassem, parecia-nos que a luta seria de rua em rua, de casa em casa e, para isso tanques não teriam grande serventia.

O Corpo Consular em Luanda, desde a saída prematura e intempestiva dos ingleses, foi-se rarefazendo. Uns titulares saíram “em férias”. Outros, já removidos, preparavam as malas para partir de vez. Permaneceram até as vésperas da independência apenas os Cônsules Gerais alemão ocidental e norte-americano, se não contarmos três ou quatro negociantes estrangeiros que eram “adidos comerciais” ou “vice-cônsules honorários” de seus respectivos países e por isto permaneceram em Angola, zelando pelos prédios daquelas repartições vazias e por seus próprios negócios.

Também ia ficando vazio o Hotel Trópico, onde nos hospedávamos, desde que o prédio do Consulado entrara em obras. Mais vazio ainda ficaria, fantasmagoricamente vazio, na semana que precedeu a independência, porque todos os quartos foram requisitados pelo governo, para hospedar as setenta delegações esperadas pelo MPLA para as festas de 11 de novembro. Meus colaboradores, que lá moravam, mudaram-se para o prédio do Consulado. Quanto a mim, não podia deixar o hotel, quando as delegações estavam por chegar, pois isto seria interpretado imediatamente como um sinal de que eu mesmo não acreditava na possibilidade de que o Brasil fosse reconhecer o novo governo de Angola. Ivony e eu então ficamos por uma semana absolutamente sozinhos naquele prédio de trezentos quartos, que de todo se esvaziou, à espera dos representantes de países que iriam reconhecer Angola.

O Cônsul Geral alemão ocidental veio procurar-me. Tinha um problema político-protocolar a me expor. Pressentia que a República Federal Alemã não estaria entre os primeiros países a reconhecer. E presumia que, não

reconhecendo o novo governo no dia 11 de novembro, não seria convidado para as festas da independência. Pretendia então sair de Luanda antes da independência. Indagou-me sobre o que eu iria fazer. Respondi-lhe que ainda aguardava instruções do Itamaraty. De fato, o Itamaraty vinha demorando uma decisão a respeito e queria saber de antemão quantos países reconheceriam. O número de setenta reconhecimentos imediatos que o MPLA esperava, não seria exagerado, se muitos dos países africanos logo se decidissem a reconhecer. Mas isto dependia muito da orientação da OUA com respeito a Angola. E a OUA naquele ano estava presidida e desorientada por Idi Amim, o imprevisível ditador de Uganda. De outra parte, os Estados Unidos, o Reino Unido, e outros países europeus, vinham fazendo pressões sobre os países africanos para que retivessem o reconhecimento, mesmo diante da revulsão que a invasão sul-africana estava causando na África inteira. Para isto também, as agências noticiosas americanas faziam questão de disfarçar a *blitzkrieg* sul-africana com as bandeiras de Savimbi e de Holden.

Era possível, portanto, que o número de reconhecimentos de primeira hora fosse menor do que o MPLA esperava. Mas, para o Brasil, parecia-me essencial reconhecer. Se desde março quiséramos estar presentes; se havíamos antecipado as relações com os três movimentos angolanos, quando criamos a Representação Especial; se durante todo aquele ano havíamos declarado isenção, equanimidade e prometido ter relações com qualquer dos partidos que ao fim predominasse – como poderíamos agora recuar, num momento em que o MPLA já era vencedor e se via ameaçado apenas por uma invasão estrangeira – e logo uma invasão da África do Sul, que revoltava a África inteira?

Coloquei então minha opinião muito claramente para o Itamaraty: não havia como, nem deveríamos tergiversar. Ou reconhecíamos na primeira hora – ou me davam instruções para retirar-me imediatamente de Angola com a Representação Especial e todos os funcionários brasileiros. Não haveria a possibilidade de adotar meios termos, de usar fórmulas e soluções intermédias e jeitosas no dilema em que estávamos. Não seria cabível errar de novo, como fora tentado em Lourenço Marques, onde o Consulado Geral fora mantido absurdamente em funcionamento, mesmo depois que Moçambique ficou independente em julho e a Frelimo assumiu o poder. Se ainda não tínhamos relações com Moçambique, a Frelimo só poderia mesmo convidar o encarregado do Consulado a retirar-se do país, como de fato fez. Em Angola tínhamos então de adotar uma atitude nítida e firme: reconhecer logo – ou imediatamente tirar o time de campo. E se optássemos pela segunda solução, eu bem esclarecia, o MPLA não nos perdoaria as falhadas promessas de isenção e durante muito tempo poderíamos esquecer as relações com Angola, com

Moçambique, e provavelmente com toda a África Negra. Seria um fiasco de proporções continentais.

No começo da semana que precedeu a independência, o cônsul geral americano telefonou-me, para despedir-se. Perguntou-me sobre a decisão brasileira. Informei-o de que ainda estava indefinida. Mas adiantei-lhe ser minha opinião pessoal que o Brasil iria reconhecer. Ele, que servira no Brasil, afirmou-me compreender nossa posição. Finalmente, dois dias antes das festas programadas, recebi a decisão do Itamaraty, para ser comunicada ao governo local. O Brasil reconheceria o governo de Luanda por declaração a ser dada à imprensa em Brasília, às oito horas do dia 10 de novembro, dado que, pela diferença de fusos horários, naquele momento seria meia noite em Angola, exatamente quando os últimos representantes coloniais de Portugal estariam partindo para sempre e o MPLA estaria assumindo o poder. Na mesma data, informava-me Itamaraty, *seria assinado o decreto que criava a Embaixada do Brasil em Luanda*.

Transmiti a comunicação ao primeiro-ministro do MPLA, Lopo do Nascimento, e na mesma tarde recebi os convites para a festa da independência, que estavam começando a ser distribuídos. A notícia causou grande impacto e alegria no MPLA. No dia seguinte, quando Ivony e eu estávamos almoçando sozinhos no restaurante do Hotel Trópico, a primeira delegação estrangeira, recém-chegada para a festa da independência, apareceu também para almoçar. Era a de Moçambique, chefiada por Marcelino dos Santos. Marcelino viu-me, veio em minha direção afavelmente, manifestou contentamento pela decisão do Brasil e informou-me que dali por diante as relações do Brasil com Moçambique seriam de amizade.

6 - As festas da independência

Começaram então as festas da independência, em Luanda assediada. Todos os portos do sul do país estavam ocupados pelos sul-africanos, secundados pela Unita e pela FNLA. Os tanques sul-africanos já haviam chegado a Novo Redondo, a uns duzentos quilômetros da capital. Ao norte, a FNLA e seus mercenários, com assistência e cooperação da CIA, ocupavam Caxito, a uns trinta quilômetros de distância, e podiam freqüentemente danificar as instalações de Quifangondo, privando de água toda a cidade. As duas forças, ao norte e ao sul, certamente estavam ultimando preparativos para convergir sobre Luanda, antes das festas, ou no dia da independência. O alto comissário português, acompanhado das poucas tropas restantes, retirar-se-ia de Luanda, por mar, à meia noite do dia 10 de novembro. E para aquela mesma noite, o MPLA havia convocado a população inteira para comparecer a um

comício em praça pública, onde Agostinho Neto proclamaria a independência e assumiria o poder em nome do MPLA.

Tão pronto soube que o Brasil iria reconhecer o novo governo, pedi ao Itamaraty que mandasse uma delegação especial como outros países fariam, se possível chefiada por Zappa, Chefe do Departamento da África. O Itamaraty recusou tal solicitação, designou-me Embaixador Especial para a solenidade, concordou apenas com a sugestão que eu também fizera, no sentido de que o conselheiro Cyro Cardoso, que passara seis meses em Luanda, durante o pior período das lutas, pudesse estar presente àquelas cerimônias. Cyro deveria chegar às dez da noite, procedente de Lisboa, já que a Varig havia suspenso seus vôos para Angola, logo que terminou o êxodo de portugueses, ainda que estivéssemos às vésperas da independência. Mandei que um auxiliar português do Consulado fosse então ao aeroporto esperar Cyro e o levasse diretamente ao comício em praça pública – onde eu, Ivony e Taunay já estaríamos.

À meia-noite em ponto, enquanto o alto comissário, almirante Leonel Cardoso, recolhia a última bandeira portuguesa e embarcava, sem despedidas, no porto escuro, a nova bandeira angolana foi hasteada na praça festiva, frente à imensa multidão que ali se aglomerara. E Agostinho Neto, em rápidas palavras, proclamou a independência de Angola, comemorada com nutridos tiros para o ar – porque os fogos de artifício encomendados de Lisboa não haviam chegado a tempo.

Cyro tampouco chegou. O avião em que vinha sobrevoou Luanda, nas foi mandado regressar a Lisboa – provavelmente porque todas as armas de Luanda estavam sendo disparadas para o ar, comemorando a chegada da independência, e isso era perigoso para aviões. De volta ao hotel, às duas da manhã, preocupado com a ausência de Cyro, encontrei o auxiliar português do Consulado incumbido de recebê-lo. Estava muito aflito. No aeroporto, escutara muitos tiros – certamente os mesmos da cidade em festa. E vislumbrara, mais do que vira, alguma agitação, ao longe, algum movimento de caminhões militares nas pistas escuras. Com o nervosismo que caracterizava os portugueses ante a iminência de invasão da cidade, concluiu logo meu auxiliar: os sul-africanos já haviam invadido Luanda, começando pelo aeroporto, e por isto o avião recebera ordem de voltar a Lisboa. Tive então de acalmá-lo, explicando a natureza festiva do tiroteio que escutara e assegurando-lhe que a cerimônia em praça pública transcorreria na mais absoluta paz, pois os sul-africanos não estavam em Luanda, ainda se encontravam em Novo Redondo. E teriam dificuldades para avançar sobre Luanda, porque o MPLA já havia tido tempo para tomar medidas que demorassem ou impedissem o avanço contra a capital. No dia imediato a festa continuava e a ela eu deveria comparecer,

acompanhado apenas de Ivony e Taunay. A parte da manhã foi ocupada com a posse de Agostinho Neto, como presidente da nova república. A parte da tarde foi dedicada a uma parada em que desfilaram algumas organizações populares do MPLA e em que as FAPLAS (forças armadas do MPLA) compareceram com uns poucos carros blindados, jipes e ambulâncias, que me pareciam prontos para ir a depósitos de ferro-velho, e as mesmas metralhadoras, fuzis Kalashnikof, morteiros e bazucas que havíamos visto em atividade durante o ano inteiro. A parte da noite foi dedicada a uma festa, no palácio, para comemorar a Independência.

Só ao fim desse segundo dia festivo Cyro Cardoso conseguiu chegar, cansadíssimo por certo. No mesmo avião vieram muitas das delegações estrangeiras, dos trinta e poucos países que na primeira hora haviam reconhecido o novo governo. Para todos esses retardatários o MPLA resolveu continuar a festa, levando todas as delegações a um circuito turístico de visita aos *musseques* e aos pontos da cidade em que a luta durante o ano fora mais acirrada. Juntei-me à excursão com Cyro, não para lembrarmos as peripécias do ano, que bem conhecíamos, mas para rever a cidade inteira num só dia e sentir o ânimo da população. E isto porque nas festas da véspera eu havia tido a vaga notícia de que o MPLA alcançara duas vitórias, nas frentes norte e sul. Ao norte, a FNLA havia tentado avançar reunindo todas suas forças, de Caxito para Luanda, para chegar no 11 de novembro e tomar posse do governo. Mas fora repelida com enormes perdas, praticamente destruída. Assim também em Novo Redondo, os sul-africanos haviam tentado uma arrancada final para Luanda, mas foram paralisados, com pesadas perdas, pois o MPLA, pela primeira vez, pudera defrontá-los com novas armas capazes de perfurar a blindagem da coluna de tanques.

Algo de novo havia pois acontecido nas frentes de batalha, que ameaçavam aquela capital festiva, mas isolada do mundo. O desassombro do MPLA perante seus inimigos havia visivelmente aumentado. O júbilo da população com a independência crescia também, com o alívio das primeiras vitórias alcançadas.

Nossa falta de notícias sobre o que acontecia fora de Luanda era remediada apenas pela escuta do rádio de ondas curtas. A Varig já não vinha mais a Angola, já não mais trazia jornais, nem mala diplomática. O telex ficara mudo desde que o Itamaraty dera o ousado passo do reconhecimento. Cyro, recém-chegado, mas saído do Brasil antes da independência, só podia informar-me o que eu, mesmo à distância, perfeitamente podia prever: o reconhecimento pelo Brasil, em meio a trinta e poucos reconhecimentos outros, de países socialistas e do Terceiro Mundo, causaria verdadeiro estupor

aos setores mais conservadores no Brasil. Dali por diante o Itamaraty teria de enfrentar pressões da direita brasileira e das chancelarias americana e européias que eram contrárias ao reconhecimento.

Dois dias depois da independência captei pelo rádio as primeiras notícias de que Henry Kissinger denunciava a presença de tropas cubanas em Angola, lutando ao lado do MPLA. E, afinal, o telex, depois de longo silêncio, trepidou de novo, com uma interpelação do Itamaraty, que serve como título do capítulo seguinte.

7 - Onde estão os cubanos?

Respondi ao Itamaraty que eu e todos meus colaboradores há vários dias não fazíamos outra coisa senão comparecer a festas em praças públicas, em meio às autoridades, ou perambulávamos por toda a cidade rememorando as lutas havidas durante o ano, mas não tínhamos visto cubano algum, em parte alguma, ninguém que sequer falasse espanhol. E não podia deixar de lembrar que durante todo o ano, sempre que o MPLA conseguiu alguma vitória sobre o FNLA e a Unita, tal vitória era impreterivelmente atribuída à presença em Angola de russos, cubanos, alemães orientais – nunca ao próprio MPLA. Assim, a denúncia de Kissinger podia ser recebida com alguma dúvida. Talvez fosse uma escalada do mesmo tipo de desinformação publicitária que se espalhara pelo mundo durante o ano inteiro, agora destinada especificamente a travar os reconhecimentos que o novo governo em Angola ia recebendo. Em todo caso, redobraríamos em Luanda nossa vigilância perambulatoria, especificamente em busca da presença de cubanos, prontos a imediatamente informar o que pudessemos descobrir a respeito.

Intrigava-me demais a denúncia de Kissinger. A CIA então não vira, não percebera os deslocamentos de tropas cubanas de Havana até Angola? Só teria localizado cubanos, como se fossem fantasmas materializados em Angola, agora, quando, pela primeira vez, os sul-africanos tinham sido vencidos, na arrancada final para chegar à capital? E o Itamaraty, que tem postos no Caribe, nos países socialistas, em Portugal, nos países vizinhos da África a despeito de seus reduzidos recursos, também ele não pressentira coisa alguma, não percebera mesmo de longe os cubanos a caminho de Angola? Aliás, como os cubanos poderiam ter vindo? Como poderiam ter desembarcado em Angola, se todos os portos e aeroportos do país estavam em mãos dos sul-africanos, da FNLA e da Unita, e em Luanda as últimas tropas portuguesas saíram à meia noite do dia 10 de novembro, junto com o alto comissário? Poderíamos acreditar que os próprios portugueses tivessem dado entrada em Luanda aos cubanos, antes da Independência, a tempo e hora para que defrontassem, longe

da capital, a arrancada final dos sul-africanos e de Holden? Tudo isso parecia-me incoerente, inconcebível, inacreditável. Mas as denúncias de Kissinger perduravam. E pouco a pouco a presença de tropas cubanas em Angola ia começando a ser admitida, primeiro por Cuba, depois pelos países socialistas, finalmente por meus interlocutores do MPLA. E até hoje as circunstâncias e o momento exato do desembarque cubano em Angola continuam cercados de mistério.

Um diplomata brasileiro que se julga entendido em África, colaborador do *Jornal do Brasil*, informou solenemente ao público brasileiro, em artigo publicado em 26/9/1991, que “os cubanos desembarcaram em Angola três dias depois da data da independência”. Quanto a mim, só três anos depois dos acontecimentos, ouvi de fonte segura a explicação do mistério. No momento em que o alto comissário português embarcava sem despedidas no porto às escuras, no exato instante da meia noite quando, em praça pública, Agostinho Neto proclamava a independência e assumia o poder para o MPLA, aviões cubanos desembarcavam armas e soldados, um batalhão de seiscentos homens, na base militar aérea de Grafanil, que fica nas imediações do aeroporto civil. E o MPLA os encaminhou imediatamente para as frentes de batalha. Por isso, cubanos não podiam mesmo ser vistos na cidade assediada. Por isso também, o avião que trazia Cyro e várias delegações estrangeiras para as festas da independência, não pudera descer em Luanda naquela noite festiva. Por isso, ainda, o auxiliar português por mim encarregado de buscar Cyro no aeroporto voltara assustado com certa movimentação de caminhões que percebera à distância, nas pistas escuras. Acreditou ele que eram os sul-africanos que invadiam Luanda, ainda mais porque ouvia tiros à distância. Mas era a vanguarda das tropas cubanas que chegava, para logo se embrenhar no mato, envolver-se na luta e repelir a invasão sul-africana.

A presença cubana em Angola dava imediatamente àquela guerra uma nova dimensão. O que começara como luta civil financiada e estimulada do exterior, e continuara como pura e simples invasão estrangeira disfarçada por todos os meios publicitários, transformava-se agora, cruamente, em mais um episódio da Guerra Fria. As pressões internacionais e internas sobre o Itamaraty certamente aumentariam. E eu estava sobremaneira curioso para saber como a África inteira encararia a presença cubana em Angola para ajudar o MPLA a vencer a invasão sul-africana. A atitude da África nessa questão seria decisiva para que a independência de Angola se consolidasse e fosse internacionalmente aceita, com um Governo do MPLA apoiado por tropas cubanas.

Agora a Representação Especial já não existia e não requeria minha presença em Angola. Caberia ao Itamaraty decidir, frente ao fato novo, se

mantinha ou retirava o reconhecimento feito na hora exata. O Itamaraty certamente hesitaria, ante imensas pressões internas e externas. De Angola, sem notícias do Brasil, apenas ouvindo pelo rádio a BBC, em nada poderia eu ajudar Silveira ou Zappa a resistir às pressões que se desencadeariam. Precisaria voltar ao Brasil. Nem protocolarmente poderia ficar mais tempo em Angola: depois de ter sido representante especial, com a categoria explícita de embaixador, depois de ter sido embaixador especial para as festas da independência, não poderia ser rebaixado a encarregado de negócios na Embaixada que fora aberta no 11 de novembro.

Além disso, eu estava com um problema de saúde. Em fins de setembro, acordara uma noite com tremenda dor no ombro e no braço esquerdo. A princípio pensei fosse infarto. Depois verifiquei ser um problema na coluna cervical. A dor cruciante passara, ao fim de uns dias. Mas havia ficado um formigamento no braço e uma insensibilidade no dedo indicador da mão esquerda. Isto requeria tratamento médico. Mas eu já não podia encontrar médicos em Luanda, nem recorrer aos poucos hospitais cheios de feridos para solicitar fisioterapias.

Precisava então ir ao Brasil, ainda que me dispusesse a voltar para Angola mais adiante, como embaixador propriamente designado, caso o Itamaraty assim quisesse. Sugeri que Cyro Cardoso ficasse em Luanda como encarregado de negócios em meu lugar. O Itamaraty recusou. Cyro então voltou ao Brasil e fiquei em Luanda por quase dois meses mais, após a independência, sem ter notícias do mundo, senão pelas ondas curtas e por precárias comunicações telefônicas com Zappa, sem estar completamente informado sobre o que ia acontecendo no Brasil.

8 - Repercussões do reconhecimento de Angola no Brasil e no mundo

No Brasil, tão pronto foi anunciado o reconhecimento de Angola, e ainda mais quando em seguida se confirmou a presença cubana naquele país, os setores mais conservadores da opinião pública logo se agitaram. Não podiam aceitar o alinhamento ocasional em que nossa política para com Angola nos colocara – ao lado dos países socialistas e de Cuba, dessintonizados dos Estados Unidos. Nem faltavam às críticas que logo surgiram nos principais jornais do país, em editoriais e artigos variados, uma bem orquestrada ajuda estrangeira, que se fazia notar até no estilo e no linguajar utilizados: não se criticava a política em português do Brasil, mas em português de Portugal...

Zappa, no exercício de suas funções e com uma visão lúcida da importância da imprensa nas relações internacionais, procurava explicar ao público brasileiro, através de jornalistas que diariamente o procuravam, o

sentido da posição de equanimidade que o Brasil havia adotado, a necessidade de manter firmemente aquela política se quiséssemos ter relações corretas e frutuosas, a longo prazo, com o vizinho continente. Mas no próprio Itamaraty encontrava críticas ao diálogo que procurava manter com jornalistas, para informar o público brasileiro. Acusavam-no de estar buscando notoriedade, de estar cuidando de sua projeção pessoal.

O Itamaraty, assim, tendia a fechar-se em copas, a calar-se, sem contraditar a campanha que forças nacionais e estrangeiras moviam contra o reconhecimento de Angola. E as Embaixadas dos países socialistas sediados em Brasília não podiam deixar de observar a timidez, a hesitação com que nossa Chancelaria defrontava as críticas que sofria, o que parecia indicar que a posição brasileira ainda poderia ser revista. Certamente alertavam o MPLA, em Angola, para esta possibilidade.

Assim também, o próprio MPLA tinha meios para acompanhar a hesitação do Itamaraty. Lia os jornais brasileiros, que recebia via Lisboa. E, na prática, podia sentir também outros indícios da vacilação de nosso governo. O Brasil havia desejado chegar primeiro a Luanda, havia querido ser o primeiro a reconhecer, havia vendido a Angola, com excepcional presteza, os uniformes para a polícia conjunta criada pelos acordos de Nakuru, havia enviado a Angola representantes de seus estaleiros para vender barcos de pesca, mas, depois da independência, agora que a Embaixada do Brasil já estava montada, enquanto todas as demais ainda levariam meses para instalar-se — o Itamaraty parecia abúlico até para fazer comércio com Angola. Angola precisava de tudo. Alimentos, remédios, equipamentos, oferecia-se para pagar à vista, em dólares, adiantadamente, mas as consultas feitas à Embaixada, encaminhadas ao Itamaraty, não obtinham qualquer resposta.

Com a ajuda e o reforço trazido por Cuba, o MPLA agora ia gradualmente expulsando a FNLA para o Zaire e os sul-africanos para a Namíbia, de tal forma que a guerra já não era mais sua preocupação exclusiva. Os novos Ministérios começavam então a ativar-se, a formular seus primeiros planos de governo, e alguns deles requeriam desde o início colaboração externa. Para isto, ministros, funcionários do segundo escalão, procuravam a nova Embaixada do Brasil, cujo titular conheciam há muito, pois passara toda a guerra em Luanda, participara das cerimônias da independência, tornara-se pessoa conhecida na cidade. O ministro do Planejamento queria, por exemplo, que o Brasil entregasse equipamento hospitalar que já estava pago, que já estivera no porto de Luanda sem poder ser desembarcado durante a guerra, e que acabara voltando para o Brasil no *Cabo de Orange*, o mesmo navio que levava os brasileiros repatriados. O primeiro-ministro Lopo do Nascimento

desejava saber que andamento ia tendo um pedido que há muito fizera, de cadeiras de rodas, que pretendia doar a alguns mutilados heróis de guerra do MPLA. Nem os negócios e pedidos que tinham assim nítido caráter humanitário recebiam resposta do Itamaraty. Tudo ficava paralisado. O Itamaraty parecia cataléptico.

Criava-se então um hiato, um estado de suspensão sumamente perigoso para as relações apenas iniciadas. O Itamaraty julgava poder esperar, deixar passar o tempo, para ver se a vitória final do MPLA contra seus inimigos, se a expulsão dos invasores de Angola, se os novos reconhecimentos que Angola ia recebendo, da Comunidade Européia, de países africanos conservadores – acabariam por fazer cessar a campanha da imprensa contra o reconhecimento brasileiro. Mas, de outra parte, Angola, que ainda estava em guerra, com a economia arrasada, não podia esperar. E o MPLA só tendia a impacientar-se, se o Brasil não encontrasse logo alguma forma de reafirmar a posição assumida, fosse com declarações políticas de alto nível, fosse somente pela discreta ativação do comércio.

A maioria dos países que haviam reconhecido Angola era do mundo socialista. Adotavam então uma prática processual diferente no reconhecimento de Estados e na abertura de Embaixadas. O reconhecimento inicial obviamente não acarretava, de forma automática, a abertura de Embaixadas, o que requer recursos financeiros. A abertura de Embaixadas era, então, objeto de uma Declaração Conjunta especial, separada, publicada nos jornais de ambos os países que assim quisessem se relacionar. Sugeriram então ao novo governo angolano a emissão de Declarações Conjuntas para as aberturas de suas Embaixadas. E dia a dia essas publicações de documentos internacionais muito simples e sumários, iam sendo feitas, rotineiramente, nos poucos jornais de Luanda, à medida que novas missões chegavam, para iniciar suas instalações. A prática mais tradicional do Direito Internacional adotada pelo Brasil era outra, menos formal: também o reconhecimento não acarretava, automaticamente, a abertura de Embaixadas. Mas o simples ato do reconhecimento, para o Brasil, já trazia implícita a opção da abertura de Embaixada. E para isto bastava um decreto do governo que iria abrir uma missão no país que já reconhecera como membro da comunidade internacional. Por isso – conforme me fora comunicado pelo Itamaraty, às vésperas do reconhecimento feito pelo Brasil – *naquela mesma ocasião do reconhecimento seria assinado o decreto brasileiro que abria a Embaixada do Brasil em Angola*. E também por isso a Embaixada do Brasil depois da independência fora aberta, com tabuleta na porta, com papel timbrado – enquanto o Itamaraty passou oficialmente a me designar como “encarregado de negócios” o que era, repitamos, absurdo.

Por conversas que tive com um recém-designado diplomata angolano, previ e adiantei ao Itamaraty que o Brasil também seria convidado a assinar em futuro próximo uma Declaração Conjunta, nos moldes daqueles sumários documentos diplomáticos que os jornais locais iam publicando a cada dia. E então, para minha total surpresa, no Itamaraty se desencadeou uma tempestade em copo d'água. Silveira me passou um longo e desaforado telegrama particular. Alegava que o Brasil não usava fazer declarações conjuntas com aquela finalidade (o que era inexato, pois sempre as fez com todos os países socialistas); que ele, Silveira, estava sob fortes pressões no Brasil pela atitude que tomaranoreconhecimento de Angola; *que o Decreto brasileiro abrindo a Embaixada em Luanda ainda não fora sequer levado à assinatura do presidente Geisel* (o que para mim era motivo de verdadeiro pasmo, dada a comunicação anterior, de que o Decreto seria assinado no mesmo dia do reconhecimento); que eu, com “essa intenção de Declaração Conjunta”, estava atrapalhando as relações com Angola; que eu deveria imobilizar-me em Angola, não ver ninguém – nem mesmo se chamado pelo ministro das Relações Exteriores deveria comparecer – o que era de todo incrível pois o novo ministro das Relações Exteriores havia assumido dias antes, era José Eduardo dos Santos (político de grande prestígio que depois veio a ser o presidente de Angola com a morte de Agostinho Neto) e naquela época estava convidando a entrevistas, rotineiramente, todos os representantes estrangeiros em Luanda, para conhecê-los, e também para sugerir a publicação das tais Declarações Conjuntas.

Respondi a Silveira na mesma noite em que seu telegrama particular chegou, e no mesmo tom. Comecei por mostrar-lhe minha discordância: eu, que aguentara um ano de guerra em Luanda, para ter relações com Angola, não poderia de forma alguma estar agora “atrapalhando” as mesmas relações. Quanto à “invenção” das Declarações Conjuntas, tampouco fora minha. Era uma prática processualística internacional como outra qualquer, adotada pelos angolanos, e, se recusada pelo Brasil, só viria a confirmar fundamentadas e crescentes suspeitas que eles tinham de que o Itamaraty se paralisara, de que o Itamaraty recuava, por não ousar afrontar as críticas ao reconhecimento que estava sofrendo... e poderia eventualmente até rever esse reconhecimento. Assim, também, eu só abria oficialmente a Embaixada em Luanda, e comunicara a abertura ao Itamaraty, porque o Itamaraty oficialmente me informara de que o decreto respectivo fora assinado na mesma data do reconhecimento. Ademais, como poderia o Itamaraty intitular-me encarregado de negócios se a Embaixada era ainda oficialmente inexistente? Teria tido o Itamaraty o intuito de ludibriar-me, pretendendo fazer-me representante oficioso em uma Embaixada ainda não criada? Quanto às pressões que ele,

Silveira, vinha enfrentando no Brasil, exortava-o a defrontá-las com a mesma disposição com que eu enfrentara um ano de guerra em Angola. Pois, segundo diziam os angolanos, as relações com Moçambique e até com a África dependiam da atitude firme que o Brasil agora tivesse na sustentação do reconhecimento de Angola independente. Finalmente, lembrando que eu desde setembro estava com um problema de saúde e que logo após a independência e o reconhecimento já deveria ter sido retirado de Luanda, pois não poderia ser encarregado de negócios no mesmo posto em que dias antes levava o título de embaixador, disse a Silveira que se não estivesse contente com a minha atuação em Luanda, bastava-lhe enviar outro para substituir-me e dar-me ordem de regresso ao Rio ou a meu posto efetivo em Londres.

Silveira ainda respondeu-me, esquecendo as reprimendas anteriores que provei descabidas, mas ainda abespinhado, salientando ser absurdo “o que eu afirmara, no sentido de que as relações com Moçambique e com a África dependiam da atitude que tivéssemos para com Angola”. E continuou declarando que ele próprio, Silveira, em entendimento havido com Samora Machel, na ONU, já havia estabelecido relações com Moçambique (sem esclarecer se tais entendimentos haviam sido antes ou depois do reconhecimento de Angola.)

Como, por motivos óbvios, não me interessava continuar aquela discussão muito desigual com o ministro de Estado, pedi-lhe apenas que relese e verificasse meu telegrama anterior: não era eu quem afirmava que as relações com Moçambique dependeriam de nossa atitude para com Angola. Eram os *próprios angolanos* que não me ocultavam o perfeito entendimento com a Frelimo e isto declaravam. E terminei por fazer uma barretada à vaidade de Silveira, elogiando a política africana que ele verdadeiramente iniciara, e à qual eu me orgulhava de ter servido, na medida de minhas forças.

Dias depois recebi a final instruções para deixar Luanda. Viria substituir-me Affonso Celso de Ouro Preto, primeiro-secretário, colaborador de Zappa no Departamento da África. Ouro Preto conhecia bem os assuntos do posto, era uma excelente designação para encarregado de negócios (se fosse possível usar tal título numa embaixada inexistente) enquanto o Decreto que criaria a Embaixada não fosse assinado no Brasil e a Declaração Conjunta dos dois governos não fosse publicada em Luanda. Enfim, não me caberia credenciar Ouro Preto perante as autoridades locais, pois encarregado de negócios não credencia outro encarregado de negócios. Cumpria ao próprio Silveira, como ministro de Estado, apresentar Ouro Preto ao ministro das Relações Exteriores de Angola, por telegrama direto.

Aguardei que Ouro Preto chegasse, passei-lhe o serviço, e embarquei com Ivony para o Brasil, via Lisboa.

Na chegada a Lisboa, o ministro conselheiro Leite Ribeiro me esperava à porta do avião, com um recado de Zappa e de Silveira: queriam que eu voltasse imediatamente a Luanda, para assumir de novo a missão, dado que o novo encarregado de negócios não fora aceito. Relutei muito em voltar. Tive uma longa conversa telefônica com Zappa, no Brasil, outra com Silveira, que se encontrava em Paris. Finalmente aceitei retornar apenas por mais uns dias, somente para esclarecer de vez qual a razão pela qual o nome de Affonso Celso Ouro Preto, uma excelente indicação para o posto, havia sido recusado.

De volta a Luanda, logo pude apurar: Affonso Celso tinha um irmão bem mais velho, Carlos Silvestre, que fora embaixador em Portugal, ao tempo de Salazar. Este irmão, no meio da década de 1960, havia visitado oficialmente Angola e fizera um destemperado discurso pró-Portugal, de cunho nitidamente colonialista. O MPLA confundira os dois irmãos. E o discurso fora tão traumático que mais de dez anos depois servia como motivo para recusar o novo encarregado de negócios designado por Silveira. Tratava-se de mera confusão de sobrenome. Mas a decisão de recusa fora do Bureau Político do MPLA, que só se reuniria de novo – dadas as festas de fim de ano – no último dia de 75. Cabia ao Bureau Político reconsiderar a questão e desfazer o equívoco.

E só por isso, tive de permanecer em Luanda até 6 de janeiro de 1976, data em que de novo embarquei para o Brasil, já então para não mais voltar. Na virada do ano de 1975 para 76, o decreto criando a Embaixada em Luanda foi então assinado pelo presidente do Brasil. Assim também o reconhecimento das ex-colônias portuguesas, inclusive Angola, foi mencionado num parágrafo do discurso de fim de ano feito pelo presidente Geisel. De outra parte, em meio às festas, o Bureau Político do MPLA corrigiu o equívoco quanto ao nome de Affonso Celso Ouro Preto e aceitou-o como encarregado de negócios em Luanda. Compareci então à festa de fim de ano no Palácio do Governo, acompanhado de Ouro Preto e Taunay, pude apresentar o novo encarregado de negócios a todos os meus conhecidos do MPLA, ao mesmo tempo que me despedia, e tive o prazer de ouvir do presidente Agostinho Neto elogios à isenção que eu havia demonstrado durante aquele ano inteiro de lutas em Luanda e agradecimentos pelo reconhecimento, que o Brasil foi o primeiro país a conceder a Angola.

Meu depoimento sobre o reconhecimento de Angola poderia ser naturalmente terminado no dia em que deixei Luanda. Mas as repercussões desse reconhecimento foram de tal forma intensas, duraram tanto tempo no Brasil e no exterior, trouxeram tantas lições novas para o Brasil, para o Itamaraty e para mim – que vale a pena relacioná-las nas páginas que seguem.

As vésperas do Natal de 75, quando eu ainda estava em Luanda, um artigo publicado por Carlos Chagas no *Estado de São Paulo*, fundado apenas em rumores provenientes de Brasília, provavelmente originados no Itamaraty, atribuía o reconhecimento de Angola à minha pura e simples iniciativa e alta recreação. Tal artigo logo foi transcrito e amplamente divulgado por jornais do Rio e de Brasília. E a acusação que trazia, mais que absurda – pois o reconhecimento fora feito por declarações do Itamaraty à própria imprensa, em 10 de novembro – era acintosa para nossa Chancelaria, por conter implícita a noção de que sequer controlava seus funcionários no exterior, mesmo na tomada de decisões dessa magnitude.

Os mesmos rumores assim tão escandalosamente divulgados afirmavam que esta era a razão de minha saída de Luanda. E especulavam sobre o fato de que a menor graduação hierárquica de Ouro Preto era sinal de que o Itamaraty começava a rever sua política de reconhecimento do Brasil a Angola.

O Itamaraty, colhido de surpresa por tais afirmações acintosas, nos maiores órgãos da imprensa do país, emitiu um comunicado no dia seguinte, informando apenas que eu havia cumprido “com competência e dedicação” minhas funções em Luanda. E que estava “sendo chamado a Brasília” por razões de ordem puramente administrativas, porque “necessitava de cuidados médicos urgentes”. E por esta razão seria “substituído, provisoriamente, pelo 1º secretário Ouro Preto”.

Tal comunicado do Itamaraty, de que tive conhecimento ainda em Luanda, pareceu-me tímido e insuficiente. Não contestava o ponto principal da acusação, no sentido de assumir plena e exclusiva responsabilidade *pe lo reconhecimento*. Explicava apenas minha saída de Angola pela necessidade de tratamento médico – sem esclarecer que tratamento seria e obscurecia o fato óbvio de que, segundo as praxes diplomáticas, não poderia eu ser encarregado de negócios no mesmo posto em que acabava de ser embaixador. Ou seja: o desmentido do Itamaraty não desmentia grande coisa. E continuava a deixar-me exposto às especulações da imprensa, que passou a perseguir-me, quando cheguei ao Brasil – para saber qual era verdadeiramente a minha enfermidade. Não evitei a imprensa, mas também, quando fui encontrado, não quis fazer declarações quaisquer, pois bem sabia quanto as relações com Angola eram ainda frágeis.

Nos dias subseqüentes, a campanha mudou de tom, mas ainda me manteve como alvo: segundo artigos saídos nos principais jornais do Rio, São Paulo e Brasília, fora eu “o culpado pela decisão que o Itamaraty tomara ao reconhecer Angola – por ter informado de forma errônea (subentendidamente, facciosa) sobre as perspectivas de que o MPLA pudesse prevalecer sobre os demais partidos e vir a governar Angola independente.”

O Itamaraty não julgou necessário desmentir tais acusações, nem a meu ver precisaria fazê-lo, tão absurdas eram: todas as notícias de Angola que ao mesmo tempo saíam nas primeiras páginas dos mesmos jornais brasileiros, em janeiro e fevereiro de 76, já evidenciavam que o MPLA, agora ostensivamente ajudado pelas tropas cubanas, expulsava do país as forças da FNLA, os invasores sul-africanos, ajudados por Savimbi, prendia e fuzilava uns tantos mercenários ingleses e gregos notoriamente contratados pela CIA e, ao mesmo tempo, ia sendo reconhecido como legítimo governo de Angola por todos os países da Europa e da África que, em novembro do ano anterior, haviam relutado em dar-lhe reconhecimento. Angola entrava para a Organização da Unidade Africana, aprestava-se para ingressar na ONU e até Portugal concedeu reconhecimento a Angola, em fevereiro de 76. De qualquer forma, o fato incontestável é que, embora não tenha recebido o reconhecimento formal dos Estados Unidos até hoje, embora haja enfrentado várias outras invasões sul-africanas, embora tenha sofrido, em difíceis condições econômicas, mais anos de guerra depois da Independência, o MPLA ainda hoje governa Angola...

Em 1978, o ministro do Exército no Brasil foi demitido pelo presidente Geisel. Lançou uma proclamação. E a primeira acusação que fez, no referido documento divulgado pela imprensa, ao apontar uma suposta “comunização” do Brasil, foi a de que Geisel havia reconhecido Angola.

A partir de 1978 o Itamaraty pôde então sentir-se mais aliviado para desenvolver o comércio com Angola – que cresceu vertiginosamente. Mas já então, também, Silveira começou a valorizar em declarações públicas, a meu ver com alguma demasia, o fato de que o Brasil fora o primeiro, o primeiríssimo país a reconhecer o governo de Luanda, o único país a “acertar” seus prognósticos em meio à confusão em que Angola estava no ano de 1975. Tais declarações do chanceler brasileiro me pareciam inconvenientes, pois certamente suscitariam ciúmes em outras Chancelarias igualmente interessadas em ter boas relações com Angola.

Mais ou menos coincidiu com esta euforia de Silveira, a respeito de sua primazia em reconhecer Angola, o livro que Robert Stockwell escreveu e publicou nos Estados Unidos, com grande repercussão na imprensa mundial. Stockwell despedia-se descontente da CIA, fora chefe da operação Angola, em Kinshasa, no ano de 75, e tinha muito a contar. No tocante ao papel que o Brasil desempenhara naquela ocasião e naquelas circunstâncias, fez algumas observações bastante curiosas. Não podia compreender como o Brasil, ao mesmo tempo em que tinha uma Representação Especial em Luanda, com boas, cordiais, senão amistosas relações com o MPLA (que, afinal, já era o único governo existente em Angola) permitia que alguns brasileiros, alguns até

fardados com o uniforme do exército, aparecessem como “conselheiros” de Holden Roberto, em Kinshasa, e depois na invasão de Angola, que a FNLA empreendeu, quando tentou chegar a Luanda antes da Independência. Assim também, Stockwell revelava: as relações oficiais que o Brasil mantinha com o MPLA em Luanda incomodavam a CIA. E por isto a agência fez pressões sobre o governo brasileiro, para de lá tirar seu representante.

A primeira dessas revelações de Stockwell foi logo recolhida pela imprensa mundial e chegou a meu conhecimento em Bangcoc, com a interpretação maliciosa que logo correu mundo, de que o Brasil havia de fato sido o primeiro país a reconhecer Angola independente... mas que, na verdade, teria feito um jogo duplo, apoiando também, ao mesmo tempo, Holden Roberto.

Essa acusação de duplicidade em nossa política externa era o que me parecia importante e valeria a pena contestar, pelos danos que poderia causar às nossas relações com Angola. Comprei então o livro de Stockwell, enviei-o a Silveira, com alguns comentários, e fiquei esperando um desmentido do Itamaraty, que nunca saiu. E nunca saiu, obviamente, porque Silveira não julgou prudente tentar identificar aqueles outros brasileiros que, como o jornalista Câmara Cascudo, por iniciativa pessoal ou oficiosamente, faziam na África uma política externa contrária à política oficial do Brasil.

Quanto à imprensa brasileira, tampouco atribuiu grande importância às afirmações de Stockwell, a respeito da suposta duplicidade da política brasileira no caso de Angola. Era algo que requereria algum jornalismo investigativo, talvez perigoso à época. Mas deu relevo à afirmação do ex-agente da CIA, no sentido de que a agência havia pressionado o governo brasileiro para que retirasse seu representante em Luanda... E aí, então, o Itamaraty aborreceu-se, como se pode ver, no *Jornal de Brasília*, de 22 de agosto e 1978.

O porta-voz da Chancelaria prontamente afirmou: “Nuncarecebemos pressão nesse sentido e nem aceitaríamos que isto ocorresse. De nenhuma agência estrangeira e de nenhum país”. Ainda mais: sobre as afirmações de Stockwell, no sentido de que “o diplomata brasileiro apoiava abertamente a facção de Agostinho Neto, o que contrariava os interesses dos Estados Unidos, que apoiavam Holden Roberto” e sobre a observação, também de Stockwell, de que “Os fatos mostraram que o diplomata brasileiro estava certo” — o Itamaraty, através de seu porta-voz, fez as seguintes observações: “um diplomata não tem opinião pessoal. Ele cumpre instruções do governo brasileiro. E o governo do Brasil era neutro no problema interno de Angola.”

O mínimo bom senso nos levaria a crer que pressões da CIA não são feitas por requerimento com firma reconhecida, formalmente protocoladas em repartições estrangeiras. Não são ostensivas, mas subreptícias. Não se trata

então de “recebê-las” ou não. Nem de “aceitá-las”, ou não. Trata-se de a elas *ceder*, ou não. E, de fato, o Itamaraty não cedeu, pois me manteve em Angola, até janeiro de 76, pagou-me para representar o Brasil em Angola, perante o único governo que Angola de fato tinha, pelo menos desde agosto de 1975 – que era o MPLA. Isto explica também a observação de Stockwell, no sentido de que “o diplomata brasileiro *apoiava abertamente* a facção de Agostinho Neto”. Minha simples presença em Luanda e as relações diplomáticas que mantinha com o único governo local, que o Itamaraty depois reconheceu na independência, eram obviamente abertas, completamente ostensivas e oficiais, porque esta era a política brasileira traçada pelo Itamaraty. Para o Brasil, já o MPLA não era uma “facção”. Era o governo de Angola. Quanto a afirmação do porta-voz do Itamaraty, no sentido de que “um diplomata brasileiro *não tem opinião pessoal*” – é para mim até hoje totalmente abstrusa e inexplicável. Se diplomatas brasileiros não tivessem opinião pessoal, como poderiam interpretar complicados acontecimentos políticos, fazer prognósticos, informar o Itamaraty para o traçado da política externa?

Quanto ao tratamento que o Itamaraty me dispensou a partir de 1976 merece aqui referência apenas porque se caracterizou pela mesma ambigüidade, pela mesma secretividade evasiva, pela mesma relutância que a Chancelaria sempre demonstrou em discutir sua política, pela mesma timidez que sempre teve em de frontar as forças internas e externas que se contrapunham ao reconhecimento Angola. Em 1976 Silveira incluiu-me no quadro de acesso para promoções – o que parecia significar a aprovação plena de meu desempenho em Angola. Em 1977, espontaneamente, sem que eu nada lhe pedisse, prometeu-me promoção. Mas não cumpriu a promessa até o fim de sua gestão, provavelmente porque ainda encontrou resistências maiores daquelas forças que se haviam oposto ao reconhecimento de Angola e que me queriam ter como bode-expiatório de uma política. Substituí Silveira na pasta de Relações Exteriores Ramiro Saraiva Guerreiro, que era secretário geral do Itamaraty em 1975 e acompanhou *pari-passu* meu desempenho daquele ano na África. Saraiva Guerreiro tampouco ousou arrostar as forças que se opunham à minha promoção – e por isso passei ao todo dez anos no tope do quadro de acesso, na incomfortável evidência de um condenado ao pelourinho. Isto numa década em que sucessivas reformas foram feitas no Itamaraty, e o quadro de embaixadores foi ampliado com exagero, tornando-se absurdamente maior do que o quadro de terceiros-secretários, iniciantes na carreira. Acumulei assim, em dez anos, cerca de noventa preterições.

Só vim então a ser promovido em 1986, a primeira promoção feita pela Nova República, o que compõe melhor meu *curriculum vitae*.

A mesma dubiedade do Itamaraty se manifestou também nos postos que me concedeu, desde 1976. Depois de Angola, servi como embaixador comissionado na Tailândia e na Jamaica, postos confortáveis, de atrativos turísticos, mas certamente de menor importância política para o Brasil. Em ambas designações, o Itamaraty, nas gestões Silveira e Guerreiro, procurou isentar-me do comparecimento à Comissão de Relações Exteriores do Senado, para que eu não fosse submetido à chamada “sabatina” que precede a aprovação senatorial dos embaixadores. Dou aqui a palavra ao Assessor Parlamentar do Gabinete de Silveira, que em recente artigo no *Jornal do Brasil*, em 8/10/91, revelou muito candidamente os motivos pelos quais Silveira se deu a esse trabalho:

“A pedido do chanceler Silveira combinei com o senador Daniel Krieger evitar que Ovidio Melo fosse sabatinado. Sempre que havia um tema *quente* nas sessões secretas da Comissão de Relações Exteriores do Senado, informações acabavam chegando aos jornais. Ora, eventual sabatina de Ovidio Melo ia começar pela Tailândia e terminaria em Angola. *Com prováveis danos para o Governo Geisel, para o Itamaraty e para o próprio diplomata.* Tivemos de esperar algumas semanas até que fossem submetidas ao Senado mensagens de novos embaixadores para postos importantes. Quando isto sucedeu, fui autorizado por Krieger a colher as assinaturas dos demais membros da Comissão, utilizando o argumento de que não parecia haver interesse em ouvir um cônsul que seria comissionado embaixador em Bangcoc. Os senadores concordaram logo e nossa tática funcionou bem. Esclareço, entretanto, que tal procedimento no Senado ocorria com frequência, em se tratando de embaixadores designados para países de menor importância para o Brasil. *Aliviado, Silveira abraçou-me efusivamente.*”

Devo aqui salientar que tais manobras evasivas de Silveira e Guerreiro, mantendo-me marginalizado, proscrito e distante, para evitar que o assunto do reconhecimento de Angola voltasse à tona e fosse discutido de forma a esclarecer a opinião pública brasileira – nunca tiveram de minha parte a menor aceitação, menos ainda qualquer colaboração. Pelo contrário, acredito que a política externa deve ser amplamente discutida e aprovada pela nação através de seus representantes legítimos, pois só assim pode ser firme, durável e atender plenamente aos interesses nacionais. Política externa não pode ser feita em gabinetes, escondida do povo.

Enfim, nas condições que o Brasil viveu durante o regime autoritário, o reconhecimento de Angola, feito sob duras dificuldades, sobressai como o gesto mais desassombrado da política externa brasileira em todos os tempos. Não lastimo então o truncamento de minha carreira. Valeu a pena, para algo

tão importante. Afinal, não entrei no Itamaraty para fazer carreira. Entrei no Itamaraty para fazer política externa. E foi o que fiz, para que hoje possa sentir-me razoavelmente sereno e bastante realizado como diplomata aposentado.

Quanto às relações do Brasil com Angola, hoje firmes e consolidadas, são de mútuo respeito e crescente confiança recíproca, como seria esperável entre países tão irmanados pela história, pela raça e pela cultura. Cuba retirou suas tropas de Angola. A Namíbia tornou-se independente. A África do Sul volta-se, necessariamente, para a solução de seus imensos problemas internos. Esperemos, então, que, após 31 anos ininterruptos de guerra, Angola possa afinal viver em paz e desenvolver-se, com todas suas potencialidades. Pois quanto mais se desenvolva, mais afinidades encontrará com o Brasil. As relações entre o Brasil e Angola poderão assim no futuro constituir-se num modelar exemplo, para as relações que a América Latina terá com o vizinho continente africano.